1290000201
FE
TCC/UNICAMP H533e

RENATA JULIANA HIGA

A Educação Especial nas décadas de 1920 e 1930 através da "Revista de Educação"

CAMPINAS, S.P.
2001

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

RENATA JULIANA HIGA

A Educação Especial nas décadas de 1920 e 1930 através da "Revista de Educação"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação da Professora Doutora Heloísa Helena Pimenta Rocha.

Campinas, S.P.
2001

Orientadora: Profa. Doutora Heloísa Helena Pimenta Rocha

Segunda Leitora: Profa. Doutora Maria Cristina Menezes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que estiveram comigo durante todo o percurso realizado para chegar até aqui. Todas essas pessoas foram de fundamental importância para minha formação; sem elas meu percurso de vida não teria sido o mesmo e, consequentemente, a produção deste trabalho também não....

Agradeço especialmente à professora Heloísa, que tão pacientemente me orientou e me ajudou nesse processo de finalização do curso, e possibilitou que este trabalho fosse concluído.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, que muito me ajudaram, me apoiaram e me incentivaram desde o início do curso de graduação em Pedagogia.

Sumário

Apresentação 1

Capítulo 1: Como, e por quê, surgiu a "Revista de Educação"? 6

1.1) A "Revista de Educação": fruto da união entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Sociedade de Educação. 14

1.2) A Segunda Fase da "Revista de Educação": de "Revista de Educação" a "Revista Escola Nova". 18

1.3) Uma outra mudança sob o ponto de vista da responsabilidade pela "Revista de Educação". 19

Capítulo 2: Através das páginas da "Revista de Educação". 23

Capítulo 3: A Educação Especial era um tema que preocupava os educadores paulistas nas décadas de 1920 e 1930? 30

Capítulo 4: Considerações Finais 42

Anexos 47

Bibliografia 76

Apresentação

Este trabalho tem como enfoque o tratamento dado à Educação Especial nas décadas de 1920 e 1930, através de uma publicação do período, a "Revista de Educação".

O interesse pelo tema foi despertado pelos estudos desenvolvidos no âmbito da disciplina "Tópicos Especiais em História da Educação", ministrada na Faculdade de Educação da Unicamp. Estudos que possibilitaram problematizar a produção histórica do conceito de deficiência mental, as representações de deficiência mental e as iniciativas gestadas historicamente, com vistas à escolarização do deficiente mental, assim como as iniciativas voltadas para a educação do deficiente mental no Brasil.

Essa disciplina ofereceu elementos que possibilitaram perceber que, no decorrer da história, a teoria da educação do deficiente mental seguiu, durante um largo período, como campo exclusivo da ciência médica. A deficiência mental chega, assim, ao século XX, como etiologia orgânica nervosa, predominando, no tratamento dispensado aos deficientes, o abandono, o confinamento com ensino de trabalhos e a volta ao hospício, tudo isso em conformidade com a categoria do oligofrênico e o correspondente risco para a ordem social ou para o equilíbrio familiar.

Iniciado o século XX, outro "campo" começará a ganhar importância no tratamento dos deficientes mentais: a Psicologia. Nesse movimento, a Medicina, a Pedagogia, e a Psicologia encontram-se diante de dilemas complementares: para o médico, a questão é saber como tratar os doentes mentais não confináveis; para o pedagogo, como estender aos deficientes o ensino vigente; e para o psicólogo, como medir as diferenças de capacidade mental entre os ditos normais e os deficientes mentais.

A Psicologia, nessa conjuntura histórico- científica, define sua postura baseada nas idéias de Alfred Binet. Ele estabelece medidas de inteligência, inaugurando uma forma de abordagem que se volta para a graduação de inteligência. Até então, a Medicina praticamente só conhecia os aspectos profundos da deficiência mental, que eram a idiotia e a imbecilidade. À inteligência não era dada tanta importância, ela não era estudada como patologia. A patologia caracterizava-se por ser apenas uma perturbação somática.

Binet rompe com essa taxonomia, compara *deficiência* ao estado *normal*, tomando por base, para tal comparação, os parâmetros escolares, ou seja, o que uma criança aprendia quando comparada a um coetâneo. Portanto, no desenvolvimento dos testes de

inteligência, Binet não se preocupava efetivamente com o considerado *anormal*, na medida em que eles se pautavam em função do *normal*.

A partir de Binet, então, o problema da deficiência mental deixa de ser exclusividade da Medicina; torna-se atribuição da Psicologia enquanto questão teórica. E, no plano da prática, passa dos asilos e hospícios para a escola especial ou comum.

Isaías Pessoti, em seu livro "Deficiência mental: da superstição à ciência", diz que, apesar de o século XX ter apresentado um progresso no diagnóstico psicológico da deficiência mental, de ter ocorrido um avanço da Medicina nas áreas de audiologia, fonação, neurologia e psiquiatria infantil, e de terem sido descobertas possibilidades de prevenção da deficiência mental e de técnicas de educação, tudo isso não foi suficiente para afastar as idéias de que a deficiência se constituía numa maldição ou castigo dos céus, e nem do fatalismo clínico da hereditariedade inevitável.

O século XX apresenta-se, então, como o mais extremado na propagação do perigo social que o deficiente representa. E a produção científica é utilizada como um recurso político para que aconteça a segregação dos deficientes. Para que essas idéias fossem afastadas do pensamento do século XX, foram fundamentais os progressos da bioquímica, da embriologia, da obstetrícia e da genética.

Estudando a questão da educação do deficiente mental no Brasil, no período de 1874 a 1935, Gilberta Jannuzzi, em seu livro "A luta pela educação do deficiente mental no Brasil", coloca que, nesse período, as discussões e iniciativas voltadas para a educação do deficiente mental também estiveram ligadas ao campo da Medicina, assinalando também a forte influência que a Psicologia assume, a partir do século XX. Tais influências são interpretadas pela autora como duas vertentes: médico- pedagógica e psicopedagógica.

A vertente médico-pedagógica apresentava-se subordinada ao médico, cuja atuação incluía a determinação dos diagnósticos e o encaminhamento das crianças para classes anexas aos hospitais psiquiátricos em que estivessem internadas, ou, posteriormente, para as classes especiais da rede regular de ensino, ou para instituições especializadas.

A escola, segundo essa concepção, é vista como um lugar de tratamento médico-pedagógico para os deficientes; onde o médico tinha o papel principal, na medida em que era ele quem orientava o tratamento, sendo "auxiliado" pelo pedagogo.

A segunda vertente, a psicopedagógica, também aparecia subordinada ao médico, mas havia um enfoque na área da Psicologia, com a aplicação dos testes de inteligência para se detectar a deficiência.

Na verdade, o que se assistia, nesse período, era a escola apontando os "anormais", selecionados com base no que era considerado "normal", na *boa norma*. O *anormal* era aquele que não se adaptava à *norma*. Portanto, eram considerados deficientes aqueles que não se encaixavam dentro de um padrão de normalidade estabelecido pela sociedade da época. Essa seleção estava, então, preocupada com a manutenção da ordem social vigente, considerando-se que esses "anormais" apontados perturbavam e ameaçavam a segurança da sociedade.

O parâmetro para a classificação da anormalidade era a *norma escolar*. Os *anormais* eram apontados pela escola, e eram aqueles que não conseguiam acompanhar as classes regulares de ensino. Eram, então, as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem, comportamentos agressivos, neuroses, eram apáticos, irrequietos. Ou seja, eram aquelas crianças que não se enquadravam na *norma*, nos padrões escolares; em outras palavras, os parâmetros para a constituição da anormalidade eram produzidos com base no padrão do *bom escolar*.

A escola deveria selecionar e preparar os "anormais", em classes separadas dos normais, para que não atrapalhassem sua aprendizagem, seu rendimento escolar. Essa educação segregada visava manter a "ordem e o progresso", pois evitaria que o "normal" convivesse com os "desajustados" de toda espécie. Porém, se de um lado, essa educação segregava os "anormais, de outro possibilitava seu acesso ao convívio social, possibilitando a sua participação na vida cotidiana e proporcionando-lhe o direito ao ensino público e gratuito.

Diante dessas várias questões, com as quais fui tendo contato ao longo da minha formação, foi se aguçando o interesse pelo estudo de iniciativas que possibilitassem visualizar como se materializaram, no Estado de São Paulo, essas preocupações em relação à escolarização dos deficientes mentais, no âmbito das várias iniciativas voltadas para a educação, no sentido mais amplo. E, mais especificamente, como as ações dos educadores paulistas em relação à escolarização dessas crianças estiveram marcadas pelas influências dessas duas vertentes. Tais indagações levaram ao estudo de um periódico, "Revista de Educação", cuja análise procurou evidenciar a presença dessas preocupações em relação à deficiência mental, nas décadas de 1920 e 1930.

O trabalho tem como objetivo contribuir para a identificação de fontes que permitam compreender a constituição da Educação Especial em objeto de preocupação dos

educadores paulistas nesse período, através de um levantamento da produção sobre Educação Especial que circulou no periódico paulista "Revista de Educação".

A fonte foi pesquisada na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp e no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas. A coleção formada a partir da pesquisa compõe-se de vinte e um volumes, que cobrem o período que vai do ano de 1927 a 1939, e foi organizada da seguinte maneira: após ser definido o período a ser enfocado (com base nos estudos realizados na disciplina "Tópicos Especiais em História da Educação"), foi feito um levantamento na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp. Selecionados os volumes relacionados ao período, foi feita uma catalogação de seus Sumários. O mesmo procedimento foi adotado no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (localização, seleção dos volumes e posterior catalogação).

Os volumes encontrados foram os seguintes:

- Dezembro/1927: vol. I (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Março/1929: vol. VI (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Janeiro/1930: vol. X (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Setembro/1930: vol. XII (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Agosto,Setembro/1931: vol. IV (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Janeiro,Fevereiro,Março/1932: vol. VI (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Agosto,Setembro/1932: vol. IX (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Março/1933: vol. I (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Junho/1933: vol. II (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Setembro/1933: vol. III (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Dezembro/1933: vol. IV (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Março/1934: vol. V (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Junho/1934: vol. VI (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Dezembro/1934: vol. VIII (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Março,Junho/1935: vols. IX e X (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Setembro,Dezembro/1935: vols. XI e XII (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Março,Junho/1936: vols. XIII e XIV (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Setembro,Dezembro/1936: vols. XV e XVI (Faculdade de Educação – Unicamp)
- Março,Junho/1937: vols. XVII e XVIII (Centro de Ciências, Letras e Artes)

- Março,Junho/1938: vols. XXI e XXII (Centro de Ciências, Letras e Artes)
- Março,Junho,Setembro,Dezembro/1939: vols. XXIII a XXVI (Centro de Ciências, Letras e Artes)

Posteriormente à seleção dos volumes, uma listagem dos artigos das Revistas foi feita, uma a uma, a partir de seus Sumários. Alguns volumes não continham sumários, o que exigiu a sua produção, para posterior análise.

Ao final desse trabalho, apresentam-se disponíveis esses Sumários, no item "Anexos". Reforço, aqui, o fato de alguns desses terem sido localizados na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp, outros na Biblioteca do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas e, ainda, as Revistas que não os continham, por mim foram produzidos.

Cabe ressaltar que, no levantamento e organização desse material, procurou-se responder a algumas questões: a Educação Especial foi objeto das preocupações dos educadores paulistas nesse período? Como esse tema compareceu nesse periódico que tem uma dupla articulação – apresenta-se como órgão oficial do Estado de São Paulo e da Sociedade de Educação? Assim, neste trabalho, que se constitui em um levantamento de fontes para a História da Educação, procurou-se indagar se a Educação Especial foi um tema que interessou aos educadores paulistas engajados nos esforços de modernização e renovação pedagógicas.

Capítulo 1: Como, e por quê, surgiu a "Revista de Educação"?

A "Revista de Educação" foi criada em outubro de 1927, pela Sociedade de Educação de São Paulo em parceria com a Diretoria Geral da Instrução Pública.[1]

A Sociedade de Educação de São Paulo foi fundada em 1922 e as últimas notícias que se tem de seu funcionamento datam de 1931. Esta agremiação tinha como finalidade congregar membros do magistério em seus vários níveis, dos setores público e privado, com idéias e interesses comuns, e teve uma intensa atuação no cenário educacional do período.

Nesse período em que se tem notícia do funcionamento da Sociedade de Educação, estavam ocorrendo muitos conflitos no campo educacional, tanto pelo monopólio da autoridade científica, como pelo monopólio da orientação das revistas pedagógicas e, ainda, por uma melhoria pelo ensino no país.

As revistas pedagógicas se constituíam enquanto veículos utilizados para divulgar os conhecimentos que cada grupo envolvido na estruturação do campo educacional paulista julgava mais importante. Isso ocorria na tentativa de tornar hegemônicos tais conhecimentos e de legitimar o grupo que detinha a orientação do órgão de imprensa. As revistas pedagógicas, então, tinham o poder de fazer circular os conhecimentos que o grupo que as organizava entendia como pertinentes.

Na década de 1920, estavam ocorrendo em São Paulo debates acerca das questões educacionais, além de propostas de reformas e inovações na educação. No entanto, mesmo em São Paulo, estado que obteve êxito na organização de seu sistema escolar após a derrocada da monarquia e em conseqüência da descentralização estabelecida pela Constituição, não é possível afirmar que se tenha ido muito além da preocupação com as "técnicas pedagógicas".[2] E, ainda, não ultrapassou os domínios do ensino primário e normal.

Ao nos indagarmos sobre o que ocorreu logo após o advento do regime republicano, podemos encontrar farta produção que se atém a descrever os feitos dos

---

[1] Dado extraído dos sumários das "Revistas de Educação" encontradas, acrescido do trabalho apresentado por Ana Clara Bortoleto Nery, na Reunião Anual da ANPEd: "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001.

[2] Dados extraídos de CATANI, Denice Bárbara. "Educadores à meia-luz (um estudo sobre a "Revista de Ensino" da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1989.

reformadores, como Caetano de Campos, Gabriel Prestes e outros, além de ter instaurado e consagrado a denominação de "período áureo" da instrução paulista.

Esses novos reformadores da instrução debruçam-se sobre um projeto de expansão da escola primária e de preparação de professores para a mesma, além de instaurar um discurso dominado pela nostalgia do "período áureo".

Como diz Catani, "de certo modo, e as proposições enunciadas pelos professores paulistas atestam isto, essa invocação nostálgica freqüente cumpre um duplo papel: fornece o modelo exemplar de compreensão e condução das questões educacionais e reafirma a existência de "tradições" a serem cultivadas ou celebrada, como que a fortalecer os limites do campo que se estava organizando profissionalmente."[3]

Cabe, nesse momento, assinalar que a característica mais marcante das orientações republicanas no terreno da instrução se dá pelos princípios norteadores expressos na Constituição de 1891. Baseado nela, o estado de São Paulo iniciou as reformas educacionais (uma vez que possuía más escolas primárias, poucas escolas profissionais e sem instituições superiores eficientes), continuando o trabalho de organização das escolas primárias e de formação de professores.

Em 1893, Cesário Motta, à época Secretário do Interior, explicava a razão dos investimentos dizendo que difundir conhecimentos era o mesmo que preparar o aumento da riqueza pública, e que não havia despesa mais reprodutiva do que aquela feita com a instrução.

As mudanças almejadas incluíam, ainda, valorizar a atuação e a figura do professor que, também no entender de Caetano de Campos, era a "chave de toda a evolução do ensino". Valorizava-se, aqui, o "saber ensinar"...

Caetano de Campos referia-se às instituições de ensino como locais de irradiação do conhecimento que permitiria o progresso. Percebe-se, aqui, que a expressão "período áureo", nos remete exatamente à luz que os reformadores vieram trazer ao caos da instrução pública, na qual já se apontava como um dos grandes problemas a precariedade da situação do ensino, a falta de professores ou sua atuação ineficiente (falhas na formação dos professores), bem como a falta de recompensa para o seu trabalho.

---

[3] CATANI, Denice Bárbara. "Educadores à meia-luz (um estudo sobre a "Revista de Ensino" da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1989, p.

Para que tais propostas de mudança fossem viáveis, dependia-se do entusiasmo dos professores", do "apoio do meio social", e do apoio do poder público. Nota-se, aqui, um apelo ao entusiasmo, ao mesmo tempo que um reconhecimento das dificuldades materiais.

Pode-se dizer, então, que os professores direcionam suas preocupações em defesa das condições de salário e trabalho, formulando propostas para a organização dos serviços de ensino e apresentando medidas que assegurem a posse da gestão dos assuntos educacionais aos professores, uma vez que são eles os que conhecem os problemas. Foi dessa maneira, portanto, que ocorreu um trabalho de ordenação das diferentes instâncias do campo educacional paulista nos anos iniciais desse século. Ocorreram, ainda, a produção e circulação de conhecimentos, organização das instituições, e defesa das condições de trabalho.

Na década de 1920, portanto, algumas instituições se organizaram com o intuito de legitimar a atuação de seus associados no campo educacional que estava se estruturando, como é o caso da Sociedade de Educação de São Paulo.

Criada em 1922, a existência da Sociedade de Educação envolve dois períodos, pois houve uma cessação das atividades da entidade em um tempo intermediário, conforme dados levantados por Ana Clara Bortoleto Nery.[4]

A primeira fase da Sociedade vai do período de 23 de novembro de 1922, quando ocorreu a sessão inaugural, a 20 de novembro de 1924, quando a Sociedade deixa de se reunir. A segunda fase corresponde ao período de 27 de agosto de 1927, quando ocorre a primeira sessão após a reunião de reorganização, e vai até, provavelmente, meados de 1931.

A diretoria da Sociedade de Educação era eleita anualmente, normalmente no mês de novembro. Ao todo, foram eleitas sete diretorias para a entidade. No momento de sua fundação, a diretoria eleita tinha por presidente Oscar Freire de Carvalho e por vice-presidente Renato Jardim. Também foram eleitas comissões permanentes de ensino primário, ensino secundário, pedologia, ensino profissional, ensino superior e da revista.

Esta agremiação nasceu com o intuito de reunir todos aqueles que tivessem a educação como lema. Oscar Freire de Carvalho, presidente da agremiação, disse, em seu

[4] NERY, Ana Clara Bortoleto, "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001.

discurso inaugural, que a Sociedade de Educação nasceu como fruto de "sonhos de incorrigíveis idealistas".[5]

Oscar Freire pouco fala sobre "educação", ou mesmo sobre a agremiação que, na ocasião, estava iniciando. Seu discurso, na sessão inaugural, frisava, o tempo todo, a necessidade de criação de uma universidade em São Paulo. Ele acreditava na importância de se lutar pela ciência, em contraposição ao utilitarismo do progresso da civilização material; lutar contra a decadência intelectual e, principalmente, moral. E colocou que os professores e os representantes do magistério primário deveriam unir os seus esforços em prol dessa causa, pois deles dependia a formação mental das novas gerações e, consequentemente, dependia o futuro do Brasil, além de ter explicitado a idéia de se combater a entrada dos métodos estrangeiros no país, dizendo que a ciência brasileira deveria ser feita no Brasil[6]. É importante destacar que, ao frisar a importância da criação de uma universidade, estava ele defendendo seu próprio campo de atuação, uma vez que era professor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Renato Jardim, vice-presidente da associação, disse que foi, de fato, uma necessidade do momento, como demonstra a transcrição de uma palestra em reportagem d' *O Estado de São Paulo*, onde afirma que "um pequeno grupo de professores – três ou quatro – em íntima e acidental palestra sobre a desassociação em que vivem em São Paulo aqueles que têm a seu cargo o ensino, (...) esse grupo de educadores, tomou a si o promover a formação de um modesto centro de estudos pedagógicos, um centro propulsor da agitação de idéia, pela palavra falada e pela palavra escrita, sobre os problemas educacionais em geral, e nasceu assim a Sociedade de Educação".[7]

Como vemos, a Sociedade de Educação surgiu com o intuito de reunir profissionais da área da educação engajados nos esforços de modernização e renovação pedagógicas, para que esses iniciassem uma discussão sobre os assuntos educacionais que vigoravam no momento, visando uma melhoria do ensino no país.

No volume I da "Revista da Sociedade de Educação", publicado em agosto de 1923, tem-se um extrato dos Estatutos da Sociedade de Educação, que diz que a Sociedade de Educação de São Paulo, sediada na cidade de São Paulo, é uma instituição de intuitos

---

[5] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p. 3.

[6] Dados extraídos do "Discurso do Presidente da Sociedade, Professor Oscar Freire", na "Sessão Inaugural da Sociedade de Educação", sessão essa encontrada na "Revista de Educação", 1923, vol.I, p.3.

[7] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922 – 1931)", 2001, p.3.

científicos e de ilimitado tempo de existência. Diz, ainda, que tem por finalidade estudar questões referentes à educação e ao ensino em todos os seus graus, promover a realização de congressos, conferências e cursos, trabalhar pela disseminação e aperfeiçoamento do ensino primário, secundário, profissional e superior, publicar uma **Revista**, manter uma biblioteca pedagógica.

Nesse extrato, ainda, diz-se que poderão fazer parte da Sociedade as pessoas que exerçam ou tenham exercido o magistério, ou que se interessem notoriamente pela causa do ensino. Os sócios, por sua vez, são os fundadores (os que assinaram esse Estatuto), os titulares (os que fossem aceitos pela assembléia e residirem no Estado de São Paulo), os correspondentes (os que, não residindo em São Paulo, fossem aceitos pela assembléia em vista de sua dedicação à causa do ensino, e os honorários (os que, tendo prestado relevantes serviços à educação popular, ou à vida da Sociedade, fossem propostos por dez sócios no mínimo e aceitos por dois terços do número total dos presentes à seção).

Diz, ainda, que são deveres dos sócios fundadores ou titulares: trabalhar pela realização dos fins sociais, pagar a mensalidade de 5$000 ou a anuidade de 50$ diretamente ao tesoureiro e comparecer às sessões. Os sócios que deixassem de pagar as mensalidades durante um ano seriam eliminados do quadro social. Os sócios titulares poderiam pagar de uma só vez 500$000.

O sócios fundadores ou titulares tinham como direitos receber gratuitamente a **Revista**, votar e ser votado, freqüentar a biblioteca, tomar parte nos trabalhos sociais.

De acordo, ainda, com os Estatutos da Sociedade de Educação, só poderiam ser votados os sócios titulares, ou fundadores, que residissem na sede social.

Os sócios correspondentes tinham o direito de comparecer às sessões, de tomar parte nos trabalhos, de receber a **Revista** com redução de 50% no preço da assinatura, e de freqüentar a biblioteca. Os sócios honorários tinham o direito de receber gratuitamente a **Revista**, comparecer às sessões e tomar parte nas discussões.

Ao final desse extrato dos Estatutos da Sociedade de Educação, é dito que o sócio correspondente que passar a residir em São Paulo tornar-se-ia sócio titular, mediante simples requerimento ao presidente.

A finalidade da Sociedade de Educação foi descrita no primeiro número de seu próprio periódico, editado a partir de 1923, com o título "Revista da Sociedade de Educação". O editorial diz: "Sem ligações sectárias de qualquer natureza, ela dá acolhida fraterna a todos quantos, na seara do ensino, trabalham pelo bem comum; e, visando

desenvolver e aperfeiçoar os métodos educativos e a organização escolar dos diversos graus, constitui um plenário em que todos podem vir advogar as suas idéias em prol da causa de que indiscutivelmente depende o futuro do Brasil".[8]

Mais uma vez, nota-se aqui a presença de um ideário de renovação e modernização pedagógicas; uma ânsia por congregar novas idéias em prol do progresso da educação no Brasil. Não devemos nos esquecer, entretanto, que nesse período ocorriam disputas pelo monopólio da autoridade científica, pelo monopólio das revistas pedagógicas, ou seja, que a Sociedade de Educação visava congregar idéias, idéias por eles consideradas válidas, e "dignas" de serem divulgadas.

Na sessão inaugural que, como foi dito anteriormente, ocorreu no dia 23 de novembro de 1922, no salão nobre do Jardim da Infância, local onde ocorreram todas as reuniões da Sociedade até o final de 1924, estiveram presentes representantes do presidente do Estado e secretário do Interior, e o diretor geral da Instrução Pública, Guilherme Kuhlmann. Discursaram o presidente da Sociedade, Oscar Freire, o presidente da Liga Nacionalista de São Paulo, Frederico V. Steidel, o professor Brenno Ferraz do Amaral e Renato Jardim, vice-presidente da Sociedade de Educação e diretor da Escola Normal da Praça da República.[9]

Sobre os temas discutidos no âmbito da Sociedade de Educação, cabe assinalar que qualquer tema sobre educação podia ser sugerido por um sócio durante as sessões e levado a plenário para debates. Na sessão ordinária de 24 de maio de 1923, foram discutidos assuntos como a intervenção do governo federal no ensino normal e primário, a conveniência do envio de missões de professores ao estrangeiro, a proposta de se lembrar aos poderes públicos a possibilidade e as vantagens do arrendamento das terras pertencentes ao Estado, revertendo os lucros em benefício da instrução, organizar a biblioteca escolar para o aluno e o professor, etc.

Não se tem notícias sobre as últimas reuniões da primeira fase da Sociedade de Educação, uma vez que os últimos números da "Revista da Sociedade de Educação" não

---

[8] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p.3

[9] Dado extraído do trabalho de NERY, Ana Clara Bortoleto: "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p. 6. Todos os dados relativos à "Revista da Sociedade de Educação" resultaram dessa fonte, uma vez que esse periódico não fora selecionado para o presente estudo e, portanto, não foi explorado diretamente, somente através do estudo dessa autora. Cabe, aqui, explicitar que várias foram as revistas publicadas pela Sociedade de Educação, o que não significa que esses diferentes nomes que surgirão ao longo do trabalho se referem a diferentes fases da "Revista de Educação"; trata-se de diferentes revistas, publicadas em diferentes momentos da história da Sociedade de Educação.

foram localizados, e foi por meio destes que foi possível o acesso a vários dados do funcionamento da agremiação.[10]

A segunda fase da Sociedade, que se inicia em setembro de 1927, é ainda mais problemática. Segundo Ana Clara Bortoleto Nery,[11] é possível localizar dados sobre o seu funcionamento, nesse período, na "Revista de Educação", nos jornais da capital, no Inquérito de Fernando de Azevedo e nas cartas de Lourenço Filho e Renato Jardim para Azevedo. Ainda segundo essa autora, o período de 1925-1927 é o período em que a Sociedade deixa de se reunir, pois nos parece que ela dependia do apoio do departamento público, uma vez que a retomada das atividades é marcada pela união entre a entidade e a Diretoria Geral da Instrução Pública. Além disso, a entidade passa a fazer parte da ABE como seção paulista e posteriormente pertencerá à FNSE (Federação Nacional das Sociedades de Educação), criada por Vicente Licínio Cardoso, em 1929.

A Sociedade de Educação publicou, no período de 1922 a 1931, três revistas educacionais, que funcionavam como porta-vozes da entidade: "Revista da Sociedade de Educação", "Revista de Educação", e "Revista da Escola Nova" (esta última era, na verdade, a segunda fase da "Revista de Educação"). Houve uma outra revista pedagógica, a "Revista Escolar", que foi publicada durante a ausência de atividades da agremiação. Seguem dados sobre essa última:

"Desde Janeiro de 1925 que está sendo publicada a expensas da Directoria Geral da Instrucção Pública, a "Revista Escolar" mensario destinado a orientar e informar particularmente o professorado official quanto às questões ligadas ao ensino. Essa publicação provou efficientemente a sua utilidade. Pela lei no. 2182-C, de 29 de Dezembro de 1926, foi ella officializada, com a constituição do respectivo pessoal, por professores, o redactor e seus auxiliares.

A "Revista Escolar" tem sido editada pontualmente e o serviço que vem prestando á classe do professorado pode-se afferir pelos sempre constantes pedidos de assignatura

[10] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p.6

[11] NERY, Ana Clara Bortoleto. "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p. 6. Pelo fato de ter sido mais abrangente, no que diz respeito à Sociedade de Educação, o trabalho da referida autora buscou referências diversas, como jornais da época, inquéritos e cartas, as quais eu não consultei.

recebidos pela sua direcção. Dahi, não ser demasiado asseverar que ella talvez prescinda do auxilio financeiro official para sua manutenção."[12]

A referência a essa última está sendo feita pelo fato de ter sido uma publicação também da Sociedade de Educação, apesar de não haver uma articulação com o periódico que está sendo estudado.

A "Revista da Sociedade de Educação",[13] de iniciativa particular, editada entre agosto de 1923 e dezembro de 1924, foi uma publicação da Sociedade de Educação, e teve por editor Monteiro Lobato. Sua coleção foi composta por nove números e tinha periodicidade bimestral. Este periódico veiculou, principalmente, os trabalhos dos membros da entidade, em sua maioria, sob a forma de conferências apresentadas nas reuniões, versando sobre temas variados.

Não havia a possibilidade de pessoas enviarem, por opção própria, artigos para publicação. A divulgação limitava-se aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Sociedade, ou que estivessem diretamente ligados aos temas por ela discutidos. Havia também a possibilidade de alguns artigos terem sido encomendados, uma vez que seus autores não aparecem como sócios da entidade, mas apresentam assuntos de relevância para o período.

Os redatores desse periódico eram escolhidos a cada eleição da diretoria da Sociedade de Educação, figurando entre eles importantes figuras do campo educacional. Assim, durante o ano de 1923, por exemplo, os responsáveis pela redação da revista foram Almeida Júnior, Sampaio Dória, Fernando de Azevedo, Leo Vaz e Brenno Ferraz do Amaral. No ano seguinte, a comissão foi formada por Leo Vaz, Brenno Ferraz do Amaral e Pedro de Alcântara Machado.[14]

Cabe acentuar que sua proposta era a de proporcionar aos seus leitores uma orientação pedagógica, sendo porta-voz, nesse sentido, de um projeto de formação de educadores e de melhoria da educação nacional. Servia, também, como instrumento para marcar a posição da Sociedade de Educação no cenário nacional da época, uma vez que divulgava suas idéias e seus feitos.

---

[12] Dados citados para simples informação, extraídos do "Annuario de Ensino do Estado de São Paulo". Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública com autorização do Governo do Estado, 1926, São Paulo.

[13] Como já foi dito anteriormente, dados referentes à "Revista da Sociedade de Educação" foram extraídos do trabalho de Ana clara Bortoleto Nery, uma vez que esse periódico não foi considerado como fonte para o meu trabalho.

[14] Dados extraídos do trabalho NERY, Ana Clara Bortoleto. "Embates na Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001.

A aceitação do periódico pelo público parece ter sido boa, tal como foi explicitado no próprio periódico, "Revista da Sociedade de Educação"[15]: "Ao que parece, o público interessado satisfez-se plenamente tanto com a feitura do material como com a organização científica da revista, pois a sua procura tem sido grande".[16]

1.1) A "Revista de Educação": fruto da união entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Sociedade de Educação

Como já assinalamos anteriormente, em outubro de 1927 começou a ser publicada a "Revista de Educação", sob a responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo.

No primeiro número da "Revista de Educação",[17] há um artigo de Amadeu Mendes que discorre sobre a retomada das atividades da Sociedade de Educação e também da co-produção da revista.

Nesse artigo, esclarece o autor que "coincidindo, porém, o começo dessa nova fase da Sociedade, com o início da administração da atual Diretoria Geral da Instrução Pública, sendo os mesmos os desejos colimados por esta e por aquela, no tocante à publicação de tal natureza, e, ainda mais, sendo idêntica a orientação de ambas, do ponto de vista liberal aos seus colaboradores, era justo que se congregassem os esforços de ambas, para que, em vez de duas, aparecesse apenas uma Revista".[18]

Percebe-se, portanto, no editorial escrito por Amadeu Mendes, as preocupações em apresentar o novo periódico e dar notícia da retomada das atividades da Sociedade, além de esclarecer a articulação entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Sociedade de Educação. Amadeu Mendes, então diretor do Ensino, nos coloca que, estando abertas à colaboração de todos quanto estivessem engajados em esforços para a melhoria dos métodos educativos e organização escolar nos seus diversos graus, tanto a Sociedade de Educação, quanto a Diretoria Geral de Instrução Pública, tinham os mesmos objetivos, ou seja, de divulgar idéias (artigos) de orientação pedagógica e que visassem à melhoria da

---

[15] SOCIEDADE de Educação. "Revista da Sociedade de Educação", v. 1, n. 3, dez/23, p. 290.
[16] Todas as referências à "Revista da Sociedade de Educação" tiveram como objetivo oferecer elementos sobre a história da Sociedade de Educação.
[17] Informações extraídas do trabalho de NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar): "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001.
[18] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: A Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p. 9.

educação nacional. Para tanto, teriam unido seus esforços e ideais e criado a "Revista de Educação".

Alguns outros números da "Revista de Educação" também trazem a publicação como fruto da união entre a Sociedade de Educação e a Diretoria Geral de Instrução Pública, sempre fazendo a distinção dos representantes de cada entidade, responsáveis pela revista.

Da leitura dos editoriais, conclui-se que eles se constituíam como espaços para que a Sociedade de Educação divulgasse suas realizações. "Excluindo esses raros espaços, a Sociedade não utiliza o periódico para divulgar suas realizações".[19] Entende-se, aqui, que os artigos por si só não tratam de questões relativas à Sociedade de Educação em si, mas de questões ligadas à Educação. Os feitos da Sociedade eram mostrados *explicitamente* nos editoriais das Revistas. Por exemplo, o editorial da "Revista da Sociedade de Educação" de sua primeira publicação (10 de agosto de 1923), coloca um "feito" da Sociedade, que é a própria criação da revista. Diz que:

"Existe em São Paulo, ninguem o negará, fóra e dentro das escolas, valioso nucelo de technicos do ensino ou desinteressados cultores da Pedagogia, que acompanham de perto a evolução mundial desse assumpto e que, pelo contigente de sua experiencia e observação pessoal, estão ao mesmo tempo em condições de poder concorrer para a orientação de para o adeantamento da educação nacional. Muitas dessas competencias, mercê de circumstancias desfavoraveis, vegetam na penumbra, sem ambiente propicio que proporcione a divulgação e a objectivação de suas ideias. Outras, em pleno brilho,agem isoladas, descontinudamente, rendendo menos do que de suas forças e presume. Seria tarefa nobre e util polarizar esses elementos, po-los em contacto mutuo, congregal-os, para beneficio maior da instrucção.

A Sociedade de Educação, irmanando em seu seio numerosos membros do magisterio superior, secundario e primario, veio realizar taes intuitos (...)

Mas a Sociedade de Educação, para levar a termo a sua tarefa, precisa de um órgão de onde dê a conhecer os seus trabalhos e divulgue as ideias que em seu seio saiam vencedoras. Esse órgão é a Revista cujo primeiro numero hoje se publica. Seu programma não precisa ser traçado: é o mesmo da aggremiação que ella representa Seu intuito é o de

[19] NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar). "Embates no Campo Educacional: a Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001, p.9.

levar a toda parte noticia e o resultados dos esforços que aqui se fazem para o aperfeiçoamento e a propagação do ensino no Brasil.

Nesse terreno, de que não sairá, a Revista da Sociedade de Educação, armada de boa vontade e animo para o trabalho , espera prestar algum serviço"[20]

Entretanto, os artigos, de certo modo, falam pela Sociedade e pelas suas realizações, através das idéias que julgam ser de relevante significado para divulgação.

Como vimos, então, a "Revista de Educação" apresentou-se, inicialmente, como um órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo. Na contracapa do volume de março de 1929 (volume VI), está explicitado que "destina-se esta Revista à livre exposição e crítica de assuntos educativos, sejam os de pura doutrina, sejam os de aplicação direta e imediata. Nessas condições, franqueia suas páginas a todos quantos, professores de oficio ou estudiosos dos vários aspectos do problema educativo desejem colaborar a sério numa obra de coordenação da nascente cultura pedagógica nacional".[21]

Novamente, aqui é explicitada a idéia de aceitação de colaboração de pessoas ligadas ao campo educacional para a livre exposição e críticas aos assuntos educativos de modo geral. No entanto, tendo o conhecimento de todo o contexto em que estava inserida a circulação desse periódico, podemos concluir que a publicação de artigos se restringia àqueles que fossem considerados relevantes e válidos para os embates educacionais do momento, segundo a concepção dos responsáveis pela publicação da revista. Ou seja, essa exposição de idéias não devia ser tão livre e posta em prática da maneira como coloca essa publicação.

Na contracapa do volume de março-junho de 1936, encontra-se a informação de que "esta revista, mantendo-se acima de divergências doutrinárias, acolhe com imparcialidade a colaboração de todos quanto queiram assim distingui-la",[22] o que só faz reafirmar o que já foi dito anteriormente.

Explicita, ainda, que a revista era publicada nos meses de março,junho,setembro e dezembro, e que a distribuição se dava de maneira gratuita aos professores públicos do Estado.

---

[20] "Revista da Sociedade de Educação", agosto- dezembro/, 1923, vol.I

[21] "Revista de Educação". Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, março/1929, vol. VI, n. 3.

[22] "Revista de Educação". Órgão da Diretoria do Ensino, março, junho/1936, vols. XIII e XIV.

Na contracapa do volume de março de 1929, é dito que "a simples condição de apresentar-se a um tempo, como um órgão autorizado da Diretoria do ensino oficial em São Paulo e da Sociedade de Educação, define-lhe os propósitos construtores e a ação renovadora de que deseja incumbir-se".[23] Esse trecho já nos remete, por si só, ao fato, já citado anteriormente, de os educadores paulistas responsáveis pela criação da revista mostrarem-se ansiosos por modernizar e renovar os processos pedagógicos do país.

> *Publicando a orientação oficial do ensino e os debates de maior importância travados naquela sociedade, bem como as comunicações que lhe foram sendo apresentadas, além de artigos e estudos dos mais adiantados pedagogistas do país, "Educação" pretende contribuir, de maneira prática e eficaz, tanto quanto lhe seja possível, para o progresso científico do ensino, animando a renovação de seus processos e obstando a rotina.* [24]

Percebe-se, aqui, novamente, a preocupação no âmbito científico, ou seja, na divulgação de conhecimentos diversos relacionados aos assuntos educacionais, visando um progresso do ensino e da literatura educacional no país (uma vez que se buscava, como já foi dito, um monopólio da autoridade científica), além da preocupação de renovação dos processos pedagógicos.

É colocado, nessa mesmo volume (contracapa da **Revista** de março de 1929), que ""Educação" não terá noticiário, nem publicará homenagens, ou artigos literários de "pura forma". Sua parte bibliográfica organizar-se-á de molde a constituir-se um repositório de informação retrospectiva e contemporânea da cultura pedagógica mundial, facilitando, assim, aos professores, meios de organizar e orientar suas leituras".[25]

Percebe-se, aqui nesse trecho, e que já foi reforçado nesse trabalho anteriormente, que o que a publicação diz com relação à "livre exposição e críticas a respeito de assuntos educativos" não procede, pois nesse trecho posterior já coloca que não haverá publicação de homenagens, noticiários, ou artigos literários de pura forma.

---

[23] "Revista de Educação". Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, março/1929, vol. VI, n. 3

[24] "Revista de Educação". Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, março/1929, vol. VI, n.3

[25] "Revista de Educação". Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, março/1929, vol. VI, n.3.

Pode-se dizer, portanto, que o objetivo da **Revista** era dialogar com os professores e estudiosos dos assuntos educacionais a respeito das diretrizes educacionais oficiais e dos principais debates/embates, nacionais e mundiais, sobre educação travados na época, fazendo-os refletir, a partir da leitura que fazem destes, e reorganizar suas atuações práticas, sempre com a intenção de renovar os processos educacionais já existentes e de alcançar o que consideravam como progresso científico. Como progresso científico entendo que consideravam como tal um avanço na literatura educacional do país, sempre com a intenção de obter o monopólio entre as revistas pedagógicas.

1.2) A Segunda Fase da "Revista de Educação": de "Revista de Educação" a "Revista Escola Nova"

Segundo a autora consultada para o trabalho, com a revolução ocorrida em outubro de 1930, todos os cargos públicos considerados de confiança são trocados. Assim, Amadeu Mendes deixou o cargo de diretor do Ensino, sendo substituído por Lourenço Filho. Uma das mudanças realizadas por ele foi a mudança do nome da **Revista**, de "Revista de Educação" para "Revista Escola Nova".

A coleção completa da "Revista Escola Nova" é composta por 3 volumes, num total de 10 números. Não era editada regularmente, e sua publicação teve 10 meses de duração, de outubro de 1930 a julho de 1931.[26] Ao contrário das revistas oficiais publicadas anteriormente, a "Revista Escola Nova" não possuía um Conselho Editorial, sendo toda ela de responsabilidade de Lourenço Filho, seu idealizador. A propósito, é interessante observar que, na contracapa, pode-se ler uma orientação aos leitores no sentido de que os pedidos de assinatura fossem dirigidos à "Revista Escola Nova" e a correspondência relativa à redação, ao Diretor Geral da Instrução.

"Escola Nova" é, na verdade, a segunda fase da "Revista de Educação", conforme a própria contracapa demonstra[27]. Após esse período (outubro de 1930 – julho de 1931), a

---

[26] Informação extraída do trabalho apresentado por NERY, Ana Clara Bortoleto. "Embates no Campo Educacional: a Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", p. 9. Cabe ressaltar aqui que essas informações a respeito de outros periódicos, além da "Revista de Educação", resultaram da simples consulta ao trabalho dessa autora, uma vez que não constituem como enfoque do trabalho, contribuindo, de modo significativo, para situar a Sociedade de Educação que, por sua vez, apresenta relevância significativa para esse trabalho.

[27] Não tive acesso a nenhuma das publicações de "Escola Nova", os dados foram obtidos através de NERY, Ana Clara Bortoleto (UFSCar): "Embates no Campo Educacional: a Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931)", 2001.

revista passa novamente a chamar-se "Revista de Educação", fato que pode ser explicado pela mudança de seus responsáveis. Finda a parceria da Diretoria Geral da Instrução Pública com a Sociedade de Educação, sendo que na fase posterior à de "Escola Nova", a revista passa a ser de responsabilidade exclusiva da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Como já assinalamos, a "Revista de Educação" vinha sendo publicada desde outubro de 1927 sob dupla responsabilidade, da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, parceria que desaparece com a publicação da "Revista Escola Nova", sem nenhuma explicação formal.

A partir de então, não há registros oficiais da parceria entre as duas entidades, como anteriormente havia na "Revista de Educação". Vale lembrar que Lourenço Filho, que ocupava o cargo de presidente da Sociedade de Educação e de diretor do ensino naquela época, 1930, fora um dos maiores incentivadores da entidade, ajudando em sua reorganização, em 1927. Uma possibilidade de explicação é a de que a parceria tenha se tornado desnecessária naquele momento, pelo fato de Lourenço Filho estar representando as duas entidades.

1.3) Uma outra mudança sob o ponto de vista da responsabilidade pela "Revista de Educação"

Os números da revista publicados no ano de 1939 (nos meses de março, junho, setembro e dezembro) trazem uma mensagem aos leitores, dizendo que as matérias aí contidas foram autorizadas e revistas, em sua parte quase total, pelo extinto Serviço de Orientação Pedagógica, havendo da direção atual apenas a revisão da parte final e noticiário de alguns fatos últimos.

Diz, ainda, que "a Revista passou, por determinação do Diretor Geral do Departamento, Prof. Dario Dias de Moura, a constituir uma das partes integrantes da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola. Sua orientação será a de um órgão que possa ser útil aos professores de classe ou escola primária, para o perfeito desempenho de suas funções".[28]

Percebe-se, aqui, uma reconfiguração do periódico, que passa a integrar a Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola, além de constituir-se como órgão do

[28] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939, vols. XXIII a XXVI.

Departamento de Educação[29]. Contudo, mantém sua característica anterior, a de fornecer orientação pedagógica aos professores. Nessa mesma mensagem, ainda, diz-se que

> *a redação solicitará, de professores e estudiosos, colaboração sobre determinados temas ou assuntos, cuja leitura possa ser útil aos mestres. Independentemente dessas solicitações, aceitará de quaisquer pessoas colaboração que se relacione com as matérias do curso primário, principalmente relativas à didática. A colaboração cuja utilidade o requeira será também publicada em separado, ou em folhetos.* [30]

A reconfiguração do periódico pode ser percebida também nesse trecho, que diz que a redação solicitará, quando necessário, a colaboração de professores e estudiosos dos assuntos educacionais sobre determinados temas ou assuntos. Anteriormente a essa publicação, não se tem indícios, conforme editoriais obtidos, de solicitações de artigos por parte da redação da Revista, mesmo que esses fossem úteis ao aperfeiçoamento dos professores. Além disso, aparece uma preocupação maior com o ensino primário, sendo que a contribuição para tal área pode ser recebida de "qualquer pessoa", o que nos faz subentender que não necessariamente precisam ser professores ou estudiosos dos assuntos educacionais. Essa preocupação aparece também no trecho citado anteriormente. E o fato de essas colaborações úteis aos professores serem publicados separadamente ou em folhetos, se explica de que maneira? Seria pelo seu grau de importância, o qual seria determinado pela redação da revista?

Diz, ainda, que "a literatura infantil, principalmente em verso, terá boa acolhida, quando sua divulgação possa ser útil".[31] Assim como em relação ao ensino primário, até aqui nada havia sido explicitado em relação à educação infantil.

Po último, diz que "a distribuição da Revista se fará, até determinações outras, aos professores primários e poderá ser feita também aos alunos dos cursos profissionais das

---

[29] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939, vols. XXIII a XXVI.. Não há, no editorial dessa publicação, uma explicação sobre a mudança da responsabilidade sob a revista, somente fala que o Diretor Geral do Departamento, Professor Dario Dias de Moura, determinou que a revista passasse a ser parte integrante da Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola e que esse departamento é um órgão anexo à revista.
[30] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939.
[31] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939.

Escolas Normais. Serão enviados de cada número exemplares aos órgãos oficiais de ensino primário de todos os Estados".[32]

Novamente, nesse trecho, reforça-se a preocupação com o ensino primário, até então não explicitado. Essa preocupação é demonstrada através do fato de que a Revista seria distribuída, primeiramente, aos professores primários.

Ainda nessa mesma mensagem está escrito que

> *os colaboradores da Revista concordam de antemão na renúncia parcial de seus direitos autorais, para que quaisquer órgãos de publicidade gratuita do Brasil e do estrangeiro possam transcrever seus trabalhos, uma vez que citassem a procedência e a autoria, não podendo conter tal transcrição porém, e como de lei, salvo com autorização do autor, os livros destinados à venda.* [33]

Esse trecho, que aparece de forma confusa na publicação, diz que as pessoas que colaboraram enviando artigos para a **Revista** concordaram em renunciar parcialmente aos seus direitos autorais, para que seus escritos pudessem ser publicados no Brasil ou em outro país.

Como está escrito no final da mensagem: "Como órgão anexo à Revista, a Chefia do Serviço das Instituições Auxiliares à Escola manterá uma Seção de Consultas sobre quaisquer dúvidas de ordem educacional no ensino primário, respondendo essas consultas por escrito e, quando houver interesse geral, reproduzindo-as em seção própria da Revista. As consultas devem ser acompanhadas de envelope subscritado e selado para a resposta".[34] Quem assina a mensagem é Máximo de Moura Santos, Chefe do Serviço das Instituições Auxiliares da Escola.

Outra novidade na reconfiguração do periódico é essa Seção de Consultas que busca responder às dúvidas de ordem educacional no ensino primário, e até mesmo na *possibilidade* em respondê-las por escrito ou em seção da Revista. O trecho reforça a questão da seleção dos artigos/conhecimentos que serão postos em circulação.

O que pudemos apreender é que as razões que justificaram a criação do periódico "Revista de Educação", num determinado momento, estiveram vinculadas aos objetivos de demarcar e veicular o discurso de seus grupos representantes, uma vez que os conteúdos

---

[32] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939.
[33] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939.

nela formulados e divulgados eram selecionados de acordo com os seus propósitos, que eram os de modernização e renovação pedagógicas.

[34] "Revista de Educação", março, junho, setembro, dezembro/1939.

Capítulo 2: Através das páginas da "Revista de Educação"...

Esse capítulo pretende descrever a "Revista de Educação" em sua materialidade, restringindo-se aos volumes localizados pela pesquisa. Nessa descrição, serão considerados aspectos que dizem respeito à sua organização, à sua circulação, e aos responsáveis pela publicação do periódico - a sua redação.

A coleção pesquisada engloba os números publicados a que pude ter acesso na Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), e no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Os exemplares obtidos resultam em um total de vinte e um, relativos ao período que vai de dezembro de 1927 a dezembro de 1939, lembrando que o período selecionado para o presente estudo refere-se às décadas de 1920 e 1930. Periodização que se justifica pelo fato de se iniciar nessa década a publicação da "Revista de Educação", como parte das iniciativas de um grupo de educadores paulistas de legitimar e colocar em circulação novas concepções de educação. Além disso, o periódico nos possibilita apreender a produção de um discurso sobre Educação Especial, enfoque específico do trabalho, que está associado à entrada em cena da Psicologia como ciência que deveria dar suporte à reflexão e ação pedagógicas, como já foi dito no início desse trabalho.

Publicação mensal, a "Revista de Educação" passa, após as mudanças dos responsáveis pela sua publicação, em 1931, a ser publicada nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano.

Do ponto de vista da sua organização, não se pode afirmar que a **Revista** tivesse um formato fixo, o que é mais visível quando se considera o número de páginas, que é bastante variável, no período pesquisado. O número de páginas do periódico varia entre 104 (volume publicado em janeiro de 1930) e 487 (volume publicado em setembro de 1930). Estranhamente, alguns volumes iniciam a numeração de suas páginas em números avançados. Por exemplo, o volume de dezembro de 1927 inicia seu sumário com um artigo numerado de página 271. O volume de março de 1929 tem início na página 227, e o de setembro de 1930, na página 313. Todas os demais volumes obtidos apresentam início de numeração de páginas em seus sumários na página 3. Não encontrei indícios de que essa numeração estivesse estruturada dessa forma com a intenção de produzir uma continuidade

entre os números publicados, uma vez que as revistas obtidas e, consequentemente, os sumários dessas, não foram encontrados todos em sua seqüência.

A **Revista** apresenta-se dividida em seções, quais sejam: uma geral (que aparece em todas as revistas encontradas), "Fatos e Iniciativas", "Através de Livros", "Através de Revistas", "Através de Revistas e Jornais", "Bibliografia", "Informações", "Legislação Escolar", "Comunicados da Diretoria Geral do Ensino", "Em classe", "Estatística Escolar", "Diretoria do Ensino", "Publicações", "Departamento de Educação", "Guia Administrativo".

A seção geral traz artigos escritos especialmente para a **Revista** por autores diversos. Ela aparece em todas as publicações da **Revista**, e é o espaço em que a **Revista** traz artigos de professores, diretores de escolas dos diversos graus do ensino, integrantes dos órgãos oficiais do ensino (por exemplo, ex- diretor geral do ensino, ex- inspetor regional do ensino, inspetor regional do ensino, , encarregado da seção de publicidade da Diretoria Geral da Instrução, inspetor escolar distrital, inspetor geral do ensino), além de outras pessoas cujas funções exercidas não são explicitadas. Alguns deles escrevem em mais de um número da **Revista**, o que nos mostra um vínculo com a mesma no tocante às idéias veiculadas.

Constituem-se em artigos que buscam situar e informar o leitor em relação às diversas temáticas que envolvem a educação de modo geral. É composta por artigos que buscam informar e dialogar com o leitor a respeito da educação como um todo, diferentemente das outras seções, que trazem artigos de diferentes natureza sobre determinados aspectos educativos, artigos específicos de cada umas dessas seções, que não poderiam aparecem em outra seção senão nas quais especificamente aparecem.

Conclui-se que essa seção seja de grande importância para a constituição da **Revista**, uma vez que aparece em todas os volumes obtidos da mesma e pelo fato de poder abarcar assuntos variados, podendo independer do momento histórico em que estiver inserida a sua publicação, diferentemente das outras seções, que, enfocam temas de acordo com o período em que for publicada a **Revista** e de acordo com a especificidade da seção.

A seção "Fatos e Iniciativas" mostra experiências e acontecimentos educacionais do Brasil e no mundo.[35]

---

[35] A seção "Fatos e Iniciativas" aparece a partir das edições de março de 1933, ou seja, aparece nos seguintes volumes encontrados: março de 1933, junho de 1933, setembro de 1933, dezembro de 1933, março de 1934, junho de 1934, dezembro de 1934, março-junho de 1935, setembro-dezembro de 1935, março-junho

"Através de Livros" nos traz artigos escritos por autores que se basearam em conteúdos, ou outros artigos de livros, nacionais ou estrangeiros.[36]

Em "Através de Revistas" e "Através de Revistas e Jornais" podemos encontrar artigos de autores que discorrem sobre determinado assunto baseados em outros artigos provindos de revistas ou jornais.[37]

"Bibliografia" é uma seção que aparece em algumas das revistas encontradas sob responsabilidade de J.B. Damasco Penna (nos volumes de agosto-setembro de 1932, março de 1933, setembro de 1933, dezembro de 1934, setembro-dezembro de 1935 e março-junho de 1936). Antes do volume publicado em agosto-setembro de 1932, as revistas não apresentam essa seção. Os volumes de junho de 1933, março de 1934, setembro-dezembro de 1936 e março-junho de 1937 apresentam a seção, porém não sob a responsabilidade de J.B. Damasco Penna explicitada em seus sumários. Os volumes de dezembro de 1933, junho de 1934, março-junho de 1935, março-junho de 1938 e março-junho-setembro-dezembro de 1939 não apresentam essa seção explicitadas em seus sumários. Essa seção traz estudos ou esboços de trabalhos de outros autores (artigos ou livros), do Brasil e de outros países.[38]

Através do sumário do volume da revista referente a março de 1929, concluí que a seção "Informações" trata de Circulares expedidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública, constituindo-se num espaço para informar os leitores a respeito do funcionamento do ensino no país no que diz respeito aos cargos do seu quadro de funcionários. Por exemplo, refere-se a nomeações (de professores para determinados cargos, de adjuntos de grupos escolares, de leigas), designações, permutas (de professoras, de adjuntas de grupos

---

de 1936, setembro-dezembro de 1936, março-junho de 1937, março-junho de 1938, e março-junho-setembro-dezembro de 1939.

[36] A seção "Através dos Livros" aparece somente em alguns dos volumes da **Revista**, que são: dezembro de 1927, março de 1929, janeiro de 1930, e setembro de 1930.

[37] A seção "Através de Revistas" aparece nas edições de março de 1933, junho de 1933, setembro de 1933, março de 1934, junho de 1934, dezembro de 1934, março-junho de 1935, setembro-dezembro de 1935, março-junho de 1936, setembro-dezembro de 1936, março-junho de 1937, março-junho de 1938, e março-junho-setembro-dezembro de 1939.

"Através de Revistas e Jornais" aparece nos seguintes volumes: dezembro de 1927, março de 1929, janeiro de 1930, setembro de 1930, agosto-setembro de 1931, janeiro-fevereiro-março de 1932, e agosto-setembro de 1932.

[38] A "Bibliografia" aparece nos seguintes volumes: agosto-setembro de 1932, março de 1933, junho de 1933, setembro de 1933, março de 1934, dezembro de 1934, setembro-dezembro de 1935, março-junho de 1936, setembro-dezembro de 1936, e março-junho de 1937.

escolares), exonerações (de adjuntos de grupos escolares, exonerações a pedido das professoras), remoções (por necessidade do ensino, remoções de leigas, de diretores de Grupos), permutas (de professoras), transferências de professores para outras escolas, aposentadorias, dispensas, etc. Informam, ainda, nessa seção, que receberam, e agradecem, artigos de revistas, jornais ou livros enviados para contribuição para a publicação da revista. [39]

Como o próprio nome da seção já diz, "Legislação Escolar" traz informações a respeito das leis que devem reger a escola, trata-se, portanto, de diretrizes oficiais do ensino.[40]

Já na seção "Comunicados da Diretoria Geral do Ensino", podem ser encontrados comunicados pronunciados pela Diretoria Geral do Ensino referentes a diretrizes oficiais para a Educação.[41]

A seção "Em classe", conforme indicam os sumários dos volumes publicados em agosto,setembro de 1931 e de janeiro,fevereiro,março de 1932, vem seguida pelo escrito "Parte Escolar", e descreve atividades relacionadas às diversas disciplinas escolares.[42]

Em "Estatística Escolar", presente apenas no volume de setembro-dezembro de 1935, tem-se a presença de estatísticas relacionadas a dados escolares. Nesse volume, único em que aparece a seção dentre os volumes obtidos, a seção traz "Estatística do Ensino Primário em funcionamento no Estado", nos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 1935. Refere-se à 21 Delegacias[43] (Estaduais e Municipais), cujos critérios para a seleção dessas pesquisadas e não de outras não foram explicitados. Os dados a que se referem são o número de estabelecimentos, o número de classes, o número de alunos

---

[39] A seção "Informações" aparece em março de 1929, janeiro de 1930 e setembro de 1930.

[40] "Legislação Escolar" aparece nos seguintes volumes: agosto-setembro de 1931, janeiro-fevereiro-março de 1932, março-junho de 1935, setembro-dezembro de 1935, março-junho de 1936, setembro-dezembro de 1936, março-junho de 1937, março-junho de 1938, e março-junho-setembro-dezembro de 1939.

[41] A seção "Comunicados da Diretoria Geral do Ensino" aparece apenas nos volumes de janeiro-fevereiro-março de 1932. Aqui vale observar que essa seção aparece em um período em que a **Revista** passa a ser órgão exclusivo da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo.

[42] "Em classe" aparece somente nos volumes de agosto-setembro de 1931, e de janeiro-fevereiro-março de 1932.

[43] As Delegacias pesquisadas referem-se à Capital, Araraquara, Bauru, Botucatu, Campinas, Casa Branca, Guaratinguetá, Itapetininga, Jaboticabal, Lins, Piracicaba, Pirassununga, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio claro, Rio Preto, Santa Cruz do Rio Pardo, Santos, São Carlos, Sorocaba e Taubaté.

matriculados e a freqüência média[44]. Nesse período, a **Revista** apresentava-se como órgão da Diretoria do Ensino, e a publicação desses dados aparece como uma forma da Diretoria do Ensino mostrar a situação em que se encontrava a educação no período em que está sob sua "responsabilidade".

A seção "Diretoria do Ensino" traz circulares, pareceres oficiais, ofícios, reunião dos delegados regionais, e escolha de livros didáticos.[45]

Na seção "Publicações", os responsáveis pela redação da **Revista** (Órgão da Diretoria do Ensino) agradecem pelas publicações recebidas, seguindo um lista dessas publicações, o que nos faz perceber, porém, que essas não são as publicações daqueles volumes (março- junho de 1937 e março- junho de 1938), são artigos que foram enviados de modo a contribuir para as publicações, conforme fora mencionado nos editoriais (que seriam recebidas contribuições para as publicações).[46]

Em "Departamento de Educação" temos a presença de circulares e despachos, e a relação dos livros didáticos aprovados (os mencionados na seção "Diretoria do Ensino").[47]

"Guia Administrativo", seção que aprece em apenas um volume das revistas encontradas é, de fato, um guia sobre como administrar determinados assuntos de ordem burocrática relacionados à Educação. Nesse volume obtido que apresenta a seção, o assunto tratado é "Licenças", sobre como elas funcionam e sobre como administrá-las legalmente.[48]

As seções aparecem de modo diferenciado nas diferentes publicações. A única que aparece em todas elas é a seção geral, que traz artigos dos mais variados autores, sendo que alguns desses escrevem em vários dos volumes da revista localizados pelo estudo, como já foi dito anteriormente.

No que se refere à circulação da "Revista de Educação" é importante registrar a sua intenção de eleger como interlocutores os professores públicos. Assim, ela era distribuída gratuitamente aos professores públicos do Estado, além de estar disponível a outros interessados, através do número avulso, que custava 5.000réis, ou através da assinatura

---

[44] "Estatística Escolar" está presente apenas no volume de setembro-dezembro de 1935.

[45] "Diretoria do Ensino" aparece nos volumes publicados em março-junho de 1936, setembro-dezembro de 1936, e março-junho de 1937.

[46] A seção "Publicações" está presente em apenas dois volumes, que são: março-junho de 1937, e março-junho de 1938.

[47] "Departamento de Educação" aparece em março-junho de 1938, março-junho-setembro-dezembro de 1939.

[48] A seção "Guia Administrativo" aparece somente no volume publicado em agosto-setembro de 1931.

mensal, que custava 15.000 réis, como se pode ler no anúncio publicado na edição de março e junho de 1936, vols. XIII e XIV:

"REVISTA DE EDUCAÇÃO"
ORGAM DA DIRECTORIA DO ENSINO
***

Esta Revista, mantendo-se acima de divergências doutrinárias, acolhe com imparcialidade a collaboração de todos quanto queiram assim distingui-la.

Publica-se em março, junho, setembro e dezembro

ASSIGNATURA ANNUAL 15$000

NUMERO AVULSO 5$000

É gratuita a distribuição aos professores publicos do Estado

Os snrs. assignantes, no caso de mudança, devem mencionar com clareza, no comunicado que transmittam, o antigo e novo dereço

Toda a correspondencia deverá ser dirigida ao Prof. Hernaudino Martins Rocha

Redacção da REVISTA DE EDUCAÇÃO:

Directoria do Ensino

Rua Florencio de Abreu, 130

São Paulo – BRASIL

Segundo registros encontrados, respondiam pela redação da "Revista de Educação", inicialmente, a Diretoria Geral da Instrução Pública e a Sociedade de Educação (até setembro de 1930). Posteriormente, a **Revista** passa a ser de responsabilidade da Diretoria Geral do Ensino de São Paulo (agosto-setembro de 1931, janeiro-fevereiro-março de 1932, setembro de 1933, dezembro de 1933, março de 1934, e junho de 1934), do Departamento de Educação do Estado de São Paulo (março de 1933, junho de 1933, e março-junho-setembro-dezembro de 1939), da Diretoria do Ensino (dezembro de 1934, março-junho de 1935, março-junho de 1936, setembro-dezembro de 1936, e março-junho de 1937), e do Departamento de Educação (março-junho-setembro-dezembro de 1939). Os números cujos responsáveis não citei são aqueles cujos sumários não localizei, já que era aí que se encontrava a referência dos responsáveis pela redação da **Revista**.

Toda essa organização da "Revista de Educação" tinha como objetivo proporcionar aos professores e estudiosos dos assuntos educacionais o acesso a conhecimentos (formulados e selecionados) a respeito das diretrizes educacionais oficiais e dos principais assuntos e debates sobre educação travados na época, sempre com o intuito de contribuir para a renovação de processos pedagógicos, visando o progresso do ensino no país e, principalmente, da literatura educacional do país, uma vez que nesse período ocorriam disputas pelo monopólio da autoridade científica, mais especificamente, das revistas pedagógicas, como já foi dito anteriormente.

A "Revista de Educação", então, se constituía enquanto veículo que divulgava conhecimentos que seus responsáveis julgavam como mais importantes num determinado momento da história da educação do país.

Capítulo 3: A Educação Especial era um tema que preocupava os educadores paulistas nas décadas de 1920-1930?

Este capítulo tem como objetivo fazer um levantamento da produção sobre Educação Especial que circulou no periódico paulista "Revista de Educação".

Através de um levantamento dos sumários da "Revista de Educação", que vão do período de dezembro de 1927 a dezembro de 1939, pude apreender que a Educação Especial figurou dentre as temáticas tratadas nesse período. Ou seja, a Educação Especial aparecia como objeto de preocupação dos educadores paulistas nesse período, uma vez que artigos publicados relacionados ao assunto foram encontrados em vários dos volumes do periódico.

Os artigos relacionados à Educação Especial aparecem nas mais diversas seções da revista. Aparecem na seção geral, juntamente com artigos relacionados aos outros assuntos tratados na revista, aparece também em seções como "Através de Livros", "Através das Revistas", e "Fatos e Iniciativas", o que nos faz concluir que tratam-se de artigos de diferentes natureza. Os que se encontram na seção mais geral foram escritos especialmente para a **Revista**, os que se encontram nas seções "Através de Livros" e "Através de Revistas" consistem em artigos escritos baseados em conteúdos ou artigos extraídos de livros ou de revistas, e os que estão em "Fatos e Iniciativas" constituem-se em experiências e acontecimentos relacionados ao assunto.

Diversos são os autores que nos escrevem sobre o assunto, e com enfoques diversos também. Além disso, ao assunto são dispensados lugares nas mais diversas seções da **Revista**, como mostra tabela que segue nas páginas seguintes:

Seção	Autor	Título	Data / Volume
Através de Livros	não especificado	"Infância retardatária"	março/1929, vol. VI
Através de Revistas	Ana Gillingham	"Medindo a inteligência das crianças	setembro/1933, vol. III
Através de Revistas	Dr. Gustavo de Rezende	"Higiene Mental"	março/1934, vol.V
Através de Revistas	Sud Mennucci	"O Rendimento Escolar"	setembro,dezembro/ 1936, vols. XV e XVI.
Fatos e Iniciativas	não especificado	"O Problema dos Cegos no Brasil"	setembro,dezembro/ 1935, vols. XI e XII
Geral	Dr.Durval Marcondes	"Sobre um aspecto da higiene mental"	janeiro/1930, vol. X
Geral	Ed. Claparède	"A Psicologia da Inteligência"	agosto,setembro/ 1932, vol. IX
Geral	Baieux da Silva	"Os castigos morais"	março/1933, vol. I
Geral	Baieux da Silva	"A Disciplina"	junho/1933, vol. II
Geral	Baieux da Silva	"A Escola e a Saúde"	junho/1934, vol. VI
Geral	Bruno Vollet	"Contribuição para o estudo dos testes"	março/1933, vol.I
Geral	Bruno Vollet	"As classes seletivas do 1°. grau e os testes A. B.C."	março,junho/1935, vols. IX e X
Geral	Onofre Penteado	Os testes A .B.C. como meio de seleção de classes"	março/1933, vol. I
Geral	Rafael G. Crepo e Antonio Cueto	"Testes de escolaridade"	junho/1933, vol. II
Geral	Norberto Sousa Pinto	"O Ensino dos	setembro/1933, vol.

		Anormais"	III
Geral	Norberto Sousa Pinto	"A Educação dos anormais e dos débeis mentais"	setembro,dezembro/ 1935, vols. XI e XII
Geral	Noemi M. Silveira	"O Serviço de Psicologia Aplicada"	dezembro/1933, vol IV
Geral	J B. Damasco Penna	"Iniciação ao estudo da medida de inteligência"	março/1934, vol. V
Geral	Dr. P. Sampaio	"O médico e o professor"	junho/1934, vol. VI
Geral	Benedicto de Assis	"A homogeneização das classes como um dos fatores de racionalização do ensino primário"	dezembro/1934, vol. VIII
Geral	Alberto Conte	"A Inteligência"	dezembro/1934, vol. VIII
Geral	Clarence Ragsdale (tradução de Luiz Gonzaga Fleury)	"Escolas Psicológicas"	dezembro/1934, vol. VIII
Geral	W. Stern	"A Seleção dos Alunos"	dezembro/1934, vol. VIII
Geral	Carmem Scigliano	"A Escola para Crianças Hospitalizadas"	março,junho/1936, vols. XIII e XIV
Geral	Maria Antonieta de Castro	"Peso e Altura de Escolares Paulistas"	março,junho/1936, vols. XIII e XIV
Geral	Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger	"Organização de classes selcionadas e aplicação dos testes A . B. C."	setembro,dezembro/ 1936, vols. XV e XVI

Geral	Oscar Villaça	"Fadiga Mental"	março,junho/1937, vols. XVII e XVIII
Geral	Renato de Arruda Penteado	"Seleção de Classes"	março,junho/1938, vols. XXI e XXII
Geral	Eulália Alves Siqueira	"Testes de rendimento escolar"	março,junho/1938, vols. XXI e XXII
Geral	José Cardoso	"Pelo Laboratório de Psicologia nas Escolas Normais"	março,junho, setembro,dezembro/ 1939, vols. XXIII a XXVI
Geral	José Benedito Salgado	"O Problema da Disciplina"	março,junho, setembro, dezembro/ 1939, vols. XXIII a XXVI

Esses foram os aspectos tematizados pelos autores dos artigos, e pelos responsáveis pela publicação da **Revista** no que diz respeito à Educação Especial.

Cabe explicitar, aqui, quais foram os critérios utilizados para a seleção dos artigos enquanto artigos que se referem à Educação Especial. Diante do contexto social- histórico em que estavam inseridos, esses artigos acabam por referirem-se à Educação Especial. Como já foi dito anteriormente, eram considerados *anormais* ou *deficientes* aqueles que não se enquadravam dentro de um padrão de normalidade estabelecido pela sociedade da época e, mais especificamente, dentro dos padrões escolares, do que era considerado *boa norma.* A seleção dos *anormais* tinha como preocupação manter a ordem social vigente, uma vez que esses perturbavam e ameaçavam a segurança da sociedade.

Esses *anormais* eram, então, aqueles que não conseguiam acompanhar as classes regulares de ensino; eram aqueles que apresentavam problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem, ou diferenças no ritmo de aprendizagem, neuroses, apatia, diferenças na medida de inteligência quando comparado a um coetâneo, além de deficiências físicas e mentais.

Portanto, os artigos selecionados referem-se a temas que discutem o assunto, tal como era concebido na época, pois veiculavam a idéia de seleção dos *anormais* baseados

não em razões patológicas, genéticas ou neurológicas, mas fundada no comportamento diferente em relação àquele esperado e considerado normal no conjunto de normas e valores que a sociedade estabeleceu em determinado momento histórico.

Como podemos perceber, através da leitura dessa tabela, a maioria dos artigos relacionados à Educação Especial encontram-se na seção geral, o que nos faz concluir que foram escritos especialmente para as revistas nas quais aparecem. Nota-se, portanto, a preocupação, de fato, dos educadores paulistas responsáveis pela publicação da revista em proporcionar aos professores uma reflexão e uma discussão acerca de questões relacionadas à Educação Especial.

De acordo com a tabela, há, ainda, artigos relacionados à Educação Especial que se encontram em outras seções, quais sejam: "Através de Livros", "Através de Revistas", e "Fatos e Iniciativas". Os artigos encontrados nessas duas primeiras seções constituem-se em artigos que foram escritos com base em conteúdos ou outros artigos extraídos de livros e de revistas, nacionais e estrangeiros, ou que resultaram do estudo de livros e revistas. Ou seja, são artigos que resultaram de outros estudos já realizados anteriormente, o que não deixa de nos mostrar, mais uma vez, a preocupação dos responsáveis pela **Revista** em demonstrar a preocupação que têm em relação à temáticas referentes à Educação Especial, trazendo artigos de diferentes natureza aos leitores.

Já o artigo que se encontra na seção "Fatos e Iniciativas" refere-se a um fato educacional relacionado à Educação Especial acontecido no Brasil, o que nos mostra, por sua vez, que, através da mostra de experiências, a **Revista** busca incutir no professor- leitor seus ideais de mudança, de renovação, de modernização pedagógicas.

Ainda através da leitura dessa tabela, podemos verificar que o enfoque dos artigos varia um pouco, de modo que apreende-se que diversas são as questões que se referem à Educação Especial.

Como já foi dito no início desse trabalho, a partir do início do século XX encontraremos a educação do deficiente mental muito ligada às vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica. A vertente médico- pedagógica estava mais subordinada ao médico, não só no âmbito do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares. Os médicos continuaram, nesse período, a desempenhar um papel importante nessa educação (do deficiente mental): propunham a escolarização dessas crianças em classes anexas a hospitais psiquiátricos em que estavam internadas. A escola, nesse caso, era

colocada como estabelecimento destinado a tratamento médico- pedagógico. O médico era quem orientava a educação, sendo "auxiliado" pelo pedagogo.

Alguns médicos foram profissionais convocados para integrar a Comissão de Higiene Mental e Educação dos Anormais da Sociedade de Educação de São Paulo. E em alguns estados, como em São Paulo, os médicos foram os encarregados da organização de classes de *débeis mentais*, através do Serviço de Higiene Escolar e Educação Sanitária (que deveria, por sua vez, organizar e fiscalizar escolas e classes especializadas), além da seleção dessas crianças nas escolas, e da solução de todas as questões da *anormalidade*.

Os médicos contribuíram para a formação de profissionais para educarem tais crianças, além de contribuirem com literatura sobre o assunto.

Os diagnósticos eram feitos pelos médicos, e abrangiam, no geral, comportamentos que estavam fora das expectativas escolares ou das normas sociais dentro desse momento histórico. A classificação, a catalogação da deficiência era feita, então, de acordo com a maior ou menor adequação às normas sociais veiculadas na escola.

A outra vertente, a psicopedagógica, não independia do médico, mas dava mais ênfase aos princípios psicológicos. "Aliás, esta disciplina impregnou toda a educação deste período, através dos laboratórios de psicologia experimental, das escolas de aperfeiçoamento de professores primários, penetrando nas reformas estaduais de educação, na literatura, etc. A teoria que a veiculava era a da Escola Nova, presente sobretudo no discurso pedagógico, mas com alguma realização na prática escolar. Os testes de quociente intelectual, já presentes aqui no Brasil, vão ganhando espaço, principalmente na literatura".[49]

Nesse momento de seu livro, Jannuzzi menciona a publicação de 1931 da "Revista de Educação" como um exemplo da literatura que traz artigos sobre testes e sobre inteligência, resultantes da influência dessa vertente, a psicopedagógica.

A vertente psicopedagógica preocupava-se com os *anormais* que eram apontados na escola, uma vez que essa seria o local onde tais anormalidades se manifestariam.

A Psicologia passa a assumir grande importância na questão do tratamento dos deficientes mentais e sua atuação no campo da Educação. Fazendo uma aproximação entre os artigos, podemos perceber que muitos deles nos revelam a influência da Psicologia

[49] JANNUZZI, Gilberta. "A luta pela educação do deficiente mental no Brasil", 2 ed., Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1992.

enquanto ciência que influenciava diretamente no tratamento das questões educacionais dos deficientes mentais, fazendo um diagnóstico psicológico da deficiência mental.

Segundo Carvalho[50], a partir dos anos 20 a chamada pedagogia da escola nova entra em cena, redefinindo a natureza infantil e o lugar do conhecimento sobre ela produzido, nas teorias e nas práticas de educação. "Uma aposta otimista na natureza infantil e na educabilidade da criança insinua-se como enunciado principal a regular as articulações discursivas".[51]

A pedagogia que detectava e controlava a *anormalidade* passa a ser um tema e objeto de intervenção de outros saberes e poderes, especialmente da Psicologia. Antes disso, "embora largamente baseada na ciência, articulava-se como saber que também se autonomizava em relação às ciências que a subsidiavam".[52] Essas ciências figuravam como um variado elenco de "ciências subsidiárias": sociologia, legislação escolar, história da escola, anatomia, fisiologia, antropologia, psicologia, higiene individual, higiene coletiva, higiene da casa e da escola, ortofrenia, pedologia, pediatria, e arte didática, constituindo a pedagogia como "ciência da educação humana". Esta, por sua vez, estaria subdividida em "educação normal" (que seria nada mais do que a educação dos ditos normais), e "educação emendatória"(que destinava-se aos criminosos, amorais, tarados, idiotas, cretinos, imbecis, surdos- mudos, cegos de nascença e deficientes físicos, enfim, os considerados *anormais*).

Aqui, conhecer o indivíduo, era enquadrá-lo nas designações de *normalidade*, *anormalidade*, ou *degenerescência*. Discriminar as crianças *normais* das *anormais* ou *degeneradas* tinha como objetivo "confrontar e distinguir os casos normais dos anormais, para cuidar de cada um, segundo o seu valor exato"[53]. Para tanto, era importante que não se confundisse os casos de anomalia simples com os de grave e profunda degeneração. Os primeiros poderiam freqüentar a escola dos ditos normais, onde seriam corrigidos e

---

[50] CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.).História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997.

[51] CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.).História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997, p.279.

[52] CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.).História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997, p.280.

[53] CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.).História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997, p.276.

modificados por métodos especiais. Já os *degenerados* deveriam ser absolutamente excluídos das escolas dos *normais*, seja qual for a forma de seu caráter degenerativo.

Nesse momento de seu texto, Carvalho aponta a psicologia científica, entendida por Thompson[54] como fundamental para se estudar a criança no seu caráter especial, sendo que sem ela não seria possível discriminar os *anormais*.

A Psicologia, então, já apresentava o papel de selecionar a composição da clientela escolar, distribuindo as crianças em escolas, casas de correção, hospícios ou prisões, além de contribuir para a formação das "classes homogêneas".

Para reforçar ainda mais essa questão, da atuação da Psicologia enquanto ciência que buscava responder às questões concernentes à Educação Especial, através do enfoque dado por ela nesse momento, que era medir as diferenças de capacidade mental entre os ditos *normais* e os *deficientes mentais*, encontramos artigos nessa tabela que nos mostram exatamente isso: essa preocupação em medir a inteligência das crianças, para discerni-las em *normais* ou *anormais* e segregá-las em classes diferentes de acordo com seu quociente intelectual, ou sua medida de inteligência comparada à de um coetâneo.[55]

Essa questão era discutida nos séculos XIX e XX, inicialmente, por Francis Galton (1822-1911). Como precursor dos testes psicológicos, tentou medir processos sensoriais (como a discriminação visual, auditiva e cinestésica) e motores (como a velocidade do tempo de reação), tendo como objetivo medir o nível intelectual.

Galton preocupava-se, então, com as diferenças individuais e seus determinantes, com a detecção científica dos *normais* e *anormais*, dos aptos e inaptos. No entanto, seu objetivo principal era medir a capacidade intelectual e comprovar sua determinação hereditária. Pretendia demonstrar que as aptidões naturais humanas eram herdadas exatamente da mesma forma como os aspectos constitucionais e físicos de todo o mundo orgânico.[56]

"Os objetivos de Galton, contudo, iam mais longe do que a mera comprovação do caráter genético das capacidades psíquicas individuais; estava em seus planos interferir nos destinos da humanidade através da *eugenia*, ciência que visava controlar e dirigir a

---

[54] THOMPSON, Oscar. "O futuro da pedagogia é científico". In: O Laboratório de Pedagogia Experimental, São Paulo, Tip. Siqueira, Nagel & Comp., 1914, p.16.

[55] Como já nos firmara Gilberta Jannuzzi, em "A luta pela educação do deficiente mental no Brasil", já citado anteriormente nesse trabalho.

[56] Dados extraídos de PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.37.

evolução humana, aperfeiçoando a espécie através do cruzamento de indivíduos escolhidos especialmente para este fim".[57]

Embora tenha sido o fundador da eugenia, Galton mostrava-se cauteloso na prescrição de medidas eugênicas, alegando o estado ainda precário do conhecimento sobre as leis da hereditariedade. "Ao colocar em foco a distribuição desigual dos dons e dos talentos de acordo com as famílias e as linhagens, diminui a ênfase no critério meramente racial. Contudo, convém relembrar: numa ordem social em que o acesso aos bens materiais e culturais não é o mesmo para todos, o "talento" é muito menos uma questão de aptidão natural do que de dinheiro e de prestígio; mais do que isto, numa sociedade em que a discriminação e a exploração incidem predominantemente sobre determinados grupos étnicos, a definição de uma linhagem a partir da notoriedade de seus membros só pode resultar num grande mal-entendido: acreditar que é natural o que, na verdade, é socialmente determinado".[58]

As idéias de Galton a respeito da inteligência herdada marcaram época na Psicologia; sua influência sobre o movimento dos testes mentais que se desencadeou nas últimas décadas do século XIX foi marcante. A exemplo disso, Cattell, pioneiro na criação dos testes psicológicos e seu introdutor nos E.U.A, estava entre seus alunos.

Entretanto, de Galton e seus discípulos para a geração de psicólogos e pedagogos escolanovistas que desenvolveu seus trabalhos entre 1890 e 1930 existe uma diferença fundamental: os segundos acreditavam na real possibilidade de identificar e promover socialmente os mais aptos, independentemente de sua etnia ou de sua origem social. E é em torno dessa questão que os psicólogos e pedagogos se uniram, na virada do século, em prol de uma psicometria e uma pedagogia a serviço de uma sociedade igualitária.

Patto nos coloca, nesse momento, o problema enfrentado pelos educadores: a necessidade de explicar as diferenças de rendimento da clientela escolar. E ela acaba por reforçar o que já fora dito no presente trabalho. Diz que os primeiros especialistas que se ocuparam de casos de dificuldade de aprendizagem escolar foram os médicos. "O final do século XVIII e o século XIX foram de grande desenvolvimento das ciências médicas e biológicas, especialmente da psiquiatria. Datam desta época a rígida classificação dos *anormais* e os estudos de neurologia, neurofisiologia e neuropsiquiatria conduzidos em

---

[57] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.38.

laboratórios anexos a hospícios. Quando os problemas de aprendizagem escolar começaram a tomar corpo, os progressos da nosologia já haviam recomendado a criação de pavilhões especiais para os "duros de cabeça" ou idiotas, anteriormente confundidos com os loucos; a criação desta categoria facilitou o trânsito do conceito de *anormalidade* dos hospitais para as escolas(...)".[59]

A psicologia educacional, como diz Patto, designava, então, as crianças que não acompanhavam seus colegas na aprendizagem escolar, como *anormais escolares* e as causas de seu fracasso escolar são procuradas em alguma anormalidade orgânica.

As explicações para o rendimento escolar desigual entre as crianças resultaram dos instrumentos de avaliação das aptidões. "Medir as aptidões naturais tornara-se o grande desafio que os psicólogos se colocavam na virada do século". [60]

Nesse momento de seu livro, Patto cita Binet, que já fora citado anteriormente nesse trabalho, como um dos fundadores da psicologia diferencial, e autor da primeira escala métrica da inteligência para as crianças.

Patto diz, ainda, que foram muitos os psicólogos que, nesta época, empenharam suas vidas na pesquisa de instrumentos que pudessem verificar se, por trás de um rendimento bruto, um indivíduo era intelectualmente mais apto que outro. Diz a autora: "Isto é, muitos foram os que se dedicaram com afinco a tentativas de medir, com objetividade e precisão, as verdadeiras aptidões das pessoas, independentemente das influências ambientais, entre elas as de natureza sócio-econômica".[61]

A autora defende a atuação desses psicólogos, dizendo que esses , que se debruçaram sobre a questão da mensuração das aptidões, da orientação e da seleção profissional, o fizeram imbuídos de ideais democráticos, compartilhando o sonho de se ter uma sociedade igualitária, livre e fraterna. "Não eram, portanto, pessoas de má-fé que defendiam conscientemente os interesses do capital, mas humanistas equivocados que ingenuamente sonhavam um sonho que história tem mostrado impossível: o de justiça numa ordem social estruturalmente injusta. Exatamente por isso acabaram, sem o querer, fortalecendo a crença na possibilidade de oportunidades iguais que tentavam viabilizar

---

[58] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.39.
[59] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.41.
[60] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.41.
[61] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.42.

através de dois recursos: o uso de instrumentos que queriam infalíveis na mensuração das verdadeiras disposições naturais e expansão e aprimoramento do sistema escolar".[62]

"Inicialmente circunscrita à avaliação médica segundo os quadros clínicos da época, a avaliação dos "anormais escolares" tornou-se, durante os trinta primeiros anos do século XX, praticamente sinônimo de avaliação intelectual; nesta época, os testes de Q.I. adquiriram um grande peso nas decisões dos educadores a respeito do destino escolar de grandes contigentes de crianças que na Europa e na América, conseguiam ter acesso à escola. No entanto, a incorporação de alguns conceitos psicanalíticos veio mudar não só a visão dominante de doença mental como as concepções correntes sobre as causas das dificuldades de aprendizagem. A consideração da influência ambiental sobre o desenvolvimento da personalidade nos primeiros anos de vida e a importância atribuída à dimensão afetivo-emocional na determinação do comportamento e seus desvios provocou uma mudança terminológica no discruso da psicologia educacional: de *anormal*, a criança que apresentava problemas de ajustamento ou aprendizagem escolar passou a ser designada como *criança problema*(...) Amplia-se, assim, o espectro de possíveis problemas presentes no aprendiz que supostamente explicam seu insucesso escolar: as causas agora vão desde as físicas até as emocionais e de personalidade, passando pelas intelectuais".[63]

Como diz Patto, a palavra de ordem nesse momento é "higiene mental escolar". "Com intenções preventivas, as clínicas de higiene mental e de orientação infantil disseminaram-se no mundo a partir da década de vinte e se propõem a estudar e corrigir os *desajustamentos infantis*. Sob o nome de psico-clínicas, clínicas ortofrênicas, clínicas de orientação ou clínicas de higiene mental infantil, elas servem diretamente à rede escolar através do diagnóstico, o mais precocemente possível, de distúrbios de aprendizagem(...)".[64]

A atuação da Psicologia se resumia então, inicialmente, nessa conjuntura, à aplicação de testes que buscassem medir a inteligência das crianças, ou até mesmo para se detectar a deficiência delas. O parâmetro para essa comparação, e posterior classificação de anormalidade, era a *norma escolar*, como já foi dito e reforçado anteriormente. Ou seja, as crianças que não se enquadrassem nos padrões escolares da época eram consideradas

---

[62] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.42.
[63] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.43 e 44.
[64] PATTO, Maria Helena Souza. "A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A . Queiroz, reimpressão 1996, p.44.

anormais, *deficientes*, e eram separadas daquelas que o faziam. Posteriormente, com o surgimento dessas "clínicas", a "função" da Psicologia era dispensar um tratamento para corrigir os distúrbios diagnosticados.

Conclui-se que os artigos encontrados relacionados à Educação Especial acabam por enfocar a influência constante e determinante que a Psicologia exercia sobre o tratamento que era dispensado aos designados *deficientes* e, consequentemente, sobre a educação destes.

Capítulo 4: Considerações Finais

Através do periódico "Revista de Educação", fonte fundamental do presente trabalho, foi possível fazer um levantamento acerca das questões referentes à Educação Especial discutidas, ou postas em circulação, no período selecionado para o presente estudo, ou seja, décadas de 1920 e 1930, apesar de não terem sido encontrados todos os volumes publicados no período.

Cabe lembrar aqui, que, como já fora dito anteriormente, nessa época estavam ocorrendo disputas pelo monopólio científico das revistas educacionais, ou seja, somente eram veiculadas informações previamente julgadas como válidas e/ou importantes dentro de um determinado contexto sócio- político- econômico.

Conclui-se, portanto, através dos artigos encontrados nos volumes obtidos, que à Educação Especial era dispensado predominantemente um tratamento com enfoque psicológico, uma vez que a maioria dos artigos trata da questão fundamental discutida pelo campo da Psicologia na época, que era a questão da medida da inteligência das crianças, a designação dessas crianças em normais e anormais, resultantes dessa graduação de inteligência, e a posterior homogeneização de classes escolares para as diferentes crianças.

Esses artigos, então, serviam como um mecanismo político para que acontecesse a segregação dos deficientes, uma vez que vinculavam as idéias do perigo, da ameaça que o deficiente representava socialmente, ou seja, para a ordem social estabelecida naquele momento histórico.

Como já foi dito diversas vezes durante esse trabalho, no período estudado, os deficientes, os anormais, então, eram aqueles que não se enquadravam dentro dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade da época e, mais especificamente, dentro das normas escolares, que era o parâmetro para a classificação da anormalidade. Ou seja, através dos testes de inteligência realizados nas escolas, detectava-se a normalidade (ou anormalidade) da criança; uma vez que esses buscavam enquadrá-las dentro desse padrão, e quem diferisse desse, era considerado anormal, deficiente e segregado em classes diferentes para que não atrapalhasse o rendimento escolar dos ditos normais.

Cabe, aqui, a discussão acerca dessa temática que diz respeito aos parâmetros em relação aos quais uma pessoa é considerada deficiente. Mesmo apresentando deficiências orgânicas, genéticas, neurológicas, físicas ou, ainda, obtidas ao longo da vida (ou seja,

aquelas pessoas que se encontram "frente a características não universais geradas por um estado não freqüente das condições de vida do homem" [65], isto é, frente a quadros patológicos, cujo paradigma usualmente utilizado é a *doença*. Contrapõe-se, aqui, o *normal* do *patológico*, considerando a "doença como um do estado habitual de saúde, este último manifestado pela sua maior freqüência que corresponde às condições gerais de vida, isto é, de sua própria manutenção"[66]), algumas dessas pessoas são perfeitamente capazes de serem inseridas num contexto em que convivam pessoas "normais", que não apresentam nenhum tipo de deficiência da ordem dessas naturezas.

Ou seja, essas pessoas seriam apenas diferentes das ditas "normais", uma vez que podemos dizer que todos são diferentes, apresentam certas "características" que lhe são próprias. Bueno nos diz que essas pessoas possuem uma "determinada forma de produtividade intelectual", caracterizada, por sua vez, por um determinado tipo de comportamento, a *deficiência mental*.

Para caracterizar esses "diferentes", Bueno utiliza o termo *excepcional*, reforçando a idéia de que "sob o manto da excepcionalidade são incluídos indivíduos com características as mais variadas cujo ponto fundamental é o **desvio da norma**, não a norma abstrata, que determina a **essência a-histórica da espécie humana**, mas a **norma construída pelos homens nas suas relações sociais**"[67]. Diz ele, então, que são considerados *excepcionais* tanto aqueles indivíduos com quadros lesionais orgânicos evidentes, que geram dificuldades escolares e sociais, quanto aqueles que apresentam "desvios leves", tais como distúrbios perceptuais, motores e de linguagem "leves" e, ainda, aqueles que apresentam-se como desajustados sociais, com distúrbios de personalidade, distúrbios de aprendizagem e determinados quadros de distúrbios de linguagem.

Essa nomenclatura passa a ser tão distorcida que Bueno diz que "excepcional é aquele que diverge da média (mas é também o que não diverge), é aquele que apresenta dificuldades na escola regular (mas é também o que não as apresenta), é aquele que necessita de educação especial (mas é também aquele que dela não necessita)".[68]

---

[65] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993, p.41.
[66] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993, p.46.
[67] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993, p.49.
[68] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993, p.51.

Bueno conclui, então, que a *excepcionalidade* não é um "conceito abstrato", mas uma "categoria socialmente construída".

O autor diz ainda que "as histórias desses indivíduos, verificáveis em suas anamneses e em seus relatórios escolares, são as histórias de suas deficiências, de suas dificuldades, de seus fracassos, de suas crises emocionais e de suas atitudes sociais inadequadas, enquanto que suas vida, fora disso, nada são, nada valem, nada representam. Aqueles que poucos que conseguem, em nossa sociedade, superar todos os obstáculos não o fazem porque tenham, intrinsecamente, maior ou menor potencial, mas porque a eles foram dadas condições não acessíveis a todos, isto é, condições concretas de produção de sua autonomia e individualidade".[69]

Nesse sentido, diz ele, dois indivíduos com o mesmo quadro de excepcionalidade podem ser caracterizados de forma diferente, de acordo com as possibilidades que lhe são oferecidas, no sentido de preveni-las, minimizá-las, e até mesmo superá-las totalmente. Para ele, portanto, "a excepcionalidade, dentro desta visão, engloba sujeitos que possuem características pessoais que, conjugadas às, construídas nas e, até mesmo, produzidas pelas exigências sociais interferem no seu processo de humanização"[70]

O que certamente irá ocorrer é uma comparação em relação ao "desempenho" dessa pessoa então caracterizada como "diferente". No entanto, é certo o fato de que as pessoas têm ritmos diferentes para seu desenvolvimento (cognitivo, intelectual, fisico, motor, etc.). O que acontece é que isso não é permitido numa sociedade como a nossa, excluem-se essas pessoas, como se todos devessem ser iguais, e se diferente forem, justifica-se o fato rotulando-as de deficientes.

Certo seria o respeito à diferença, seja ela de ordem fisica, motora, cognitiva, genética, etc. Talvez uma pessoa possuidora de necessidades especiais não apresente seu desenvolvimento da mesma maneira que uma pessoa considerada "normal" apresentaria. Contudo, esse não deveria ser um critério para considerá-la "anormal", "deficiente Talvez, a melhor designação para o que é chamado de deficiência seria apenas "diferente".

Entretanto, à essas pessoas consideradas deficientes foram destinadas as classes especiais da rede regular de ensino, ou ainda, as instituições de Educação Especial. O surgimento dessas gerou muita polêmica em torno do assunto. Por exemplo, há quem

---

[69] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993, p.51e 52.

defenda a idéia de que as instituições voltadas ao atendimento de crianças deficientes contribuem para a separação e segregação dos diferentes, dos que atrapalhavam a ordem social e que necessitavam ser enquadrados, de alguma forma, às suas exigências. No entanto, as classes especiais e as instituições têm o mérito de proporcionar aos deficientes o acesso à cultura socialmente valorizada, bem como de propiciar o desenvolvimento de suas potencialidades e de habilidades necessárias a uma vida relativamente útil.

Acredito ser visível o fato de a permanência de algumas crianças no ensino regular, ou nas "classes normais", devido ao seu grau de comprometimento gerado pela patologia e às atuais condições em que se encontra o ensino no país, não ser possível de acontecer, uma vez que essas crianças, sendo portadora de necessidades *realmente* especiais, demandariam um atendimento específico, o que muitas vezes não é possível pela quantidade de alunos que se tem em sala de aula, pela má formação dos professores, etc. Ou seja, a deficiência não se encontra somente nessas crianças. Daí, a meu ver, a importância das classes especiais de ensino e as instituições de Educação Especial.

O principal enfoque dado à Educação Especial nas publicações encontradas do periódico estudado, o que acabou por nos mostrar como essa era constituída nesse período, mostra-nos que mede-se, compara-se o desempenho de uma pessoa em relação a um coetâneo e, a partir daí, rotula-a como "normal", ou "anormal", "deficiente" acaba por confundir a falta de conhecimentos das crianças com incapacidade mental; além do fato de a "patologia" ser resultante de um diagnóstico precário e até incompetente. As crianças são rotuladas porque subvertem a ordem, e a escola prioriza a igualdade, a homogeneidade, porque não sabe o que, e como fazer, com as diferenças.

"Como contribuir para o avanço do conhecimento nessa área tão impregnada de ambivalência e ambigüidade, tão entranhada de preconceitos, estereótipos, estigmas, tão "território de ninguém" e, simultaneamente, tão "pertencente" a tantos proprietários/especialistas?"[71]. Essa é uma questão levantada por Lígia Assumpção Amaral, a respeitos dos sempre presentes preconceitos, estereótipos, estigmas em nosso meio social.

Ela mesma acaba por nos responder essa questão, dizendo que devemos sempre retomar o tema, pois acredita que é válido voltar, tantas vezes quanto possível, a uma

---

[70] BUENO, José Geraldo Silveira. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC, 1993, p.53.

mesma reflexão para que, finalmente, um dia ela possa atravessar as muralhas de pedra dos preconceitos a que estamos sujeitos. Para tratar dessa idéia, faz uso da expressão "água mole em pedra dura tanto bate até que fura..."

Façamos, também, uso dessa expressão, lutemos pelos direitos de todos de viverem plenamente sua cidadania, deixando que todos tenham acesso à educação, que deve ser de qualidade para que funcione de maneira bem sucedida. Isso inclui uma modificação nos sistema atual de ensino, no que diz respeito à formação dos professores, aos recursos destinados à educação, etc, para que a estruturação do sistema de ensino esteja apta a receber as diferenças. Nossa educação deve ser especial para todos, em seus diversos níveis e graus de ensino...

---

[71] AMARAL, Lígia Assumpção. "Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação". In: AQUINO, Julio Groppa (coord.): Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas

ANEXOS

e práticas, Summus, SP, 1998.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

DEZEMBRO/1927 (VOL. I)

- **Dr. A . de Sampaio Doria** – A cultura do pensamento.
- **Everardo Backeuser** – A nova concepção da geografia.
- **Dr. Moncorvo Filho** – Alcoolismo infantil.
- **A. de Azevedo Sodré** – Organização universitária.
- **Dr. Alexandre Correia** – Fr. W. Foersten e a educação sexual.
- **Expediente da Sociedade de Educação** – Através dos Livros – Através das Revistas e Jornais.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO/1929 (VOL. VI)

(Terceira Conferência Nacional de Educação)

- **Artigo do Dr. Fernando de Magalhães, presidente da A. B. E.**
- **Circular da Directoria Geral do Ensino**
- **Regimento Interno das Conferencias Nacionaes de Educação**
- **Semana de Demonstração de Cultura Physica**
- **Prof. João Lourenço Rodrigues** – A sobrevivencia pelas obras
- **Prof. Francisco de Aquino Leite** – O ensino da leitura (Em defesa do methodo analytico)
- **Prof. Sud Mennucci** – O que o cinema não fez
- **F. Garcin** – Curso Paulina Kergomard (Traducção)
- **Dr. Antonio de Almeida Junior** – Da "Colla" e suas especies
- **Prof. Cyro de Freitas Gaia** – A escola primaria do littoral
- **Profa. Odette Bittencourt** – Pratica da Escola Activa – Applicação do Methodo Decroly (Transcripção)
- **Diretoria Geral da Instrucção Publica de São Paulo** – Seriação de livros didacticos
- **Prof. Antonio Firmino de Proença** – Planos de aulas primarias
- **Alduino Estrada** – Bibliographia Pedagogica
- **Respostas a Consultas – Informações**
- **Através de Livros** – Infancia retardataria
- **Através de Revistas e Jornaes** – Educação Physica. – Barão do Rio Branco. – Educação do homem e do cidadão. – As novas inspectoras escolares do Districto Federal. – a musica americana.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

JANEIRO/1930 (VOL. X)

- **Dr. Miguel Arrojado Lisboa** – A Escola de estudos brasileiros
- **Prof. Luiz Gonzaga Fleury** – Noções sobre a pedagogia de Decroly
- **Dr. Albino de Camargo** – Como a arvore...
- **Ministro Renato Jardim** – Um novo processo de ensinar a leitura
- **Dr. Durval Marcondes** – Sobre um aspecto da hygiene mental
- **Prof. João Severino Villela** – Sete de Setembro
- **Prof. Juvenal Paiva Pereira** – O ensino de linguagem
- **Prof. Dagoberto de Gasgon** – Um trecho do livro "Vida Escolar"
- **Prof. Antonio Firmino de Proença** – Ensino Primario (Orientações e planos de aulas)
- **Através de Livros**
- **Através de Revistas e Jornaes:** - Academia Brasileira (A reforma orthographica). – Questoes de letras. – a reforma orthographica (O que ficou approvado na Academia Brasileira de Letras). – Nota de orthographia scientifica (Letalidade versus lethalidade). – Projecto. – A questão orthographica. – Lei ou portaria.

REVISTA DE EDUCAÇÃO
SETEMBRO/1930 (VOL.XII)

- **Dr. Etulain Autran** – Cincoentenario da Escola Normal da Capital
- **Dr. Americo de Moura** – Cincoentenario da Escola Normal da Capital
- **Prof. Luiz Gonzaga Fleury** – Illusões communs
- **Prof. Francisco Alves Mourão** – Ensino da linguagem escripta
- **Prof. Antonio Firmino de Proença** – Questões de Mathematica elementar
- **Prof. José do Patrocinio Bretas** – Ensino de Noções communs na Escola Primaria
- **Prof. José Sampaio Penteado** – Exposições Escolares
- **O Esforço Educativo de São Paulo**
- (Através da Mensagem Presidencial de 14 de julho de 1930)
- **Prof. Domingos Faro** – Escolas Profissionaes
- **Profa. Arlinda Isabel de Souza** – Noções Communs
- **Dr. Dagoberto de Gasgon** – Dia da Boa Vontade
- **Prof. João Pires Barbosa** – Contribuição para a reforma do programma das escolas primárias paulistas
- **Movimento das caixas escolares do Estado** (1° semestre de 1930)
- **Informações**
- **Através de Livros** (Apreciações de notas)
- **Através de Revistas e Jornaes** – Vantagens da Educação Physica. – O ensino da língua. – Synonymos perfeitos. – O destino da civilização

REVISTA DE EDUCAÇÃO

AGOSTO-SETEMBRO/1931 (VOL.IV)

- **Sud Mennucci** – A Reforma do Ensino rural em São Paulo
- **Lourenço Filho** – Paes e Mestres
- **Cesar Prieto Martinez** – O Lar e a Escola
- **Antonio Ballesteros** – A Cooperação da Família
- **Angelo Patri** – Os Paes em Acção
- **Antonio Alonso** – As Associações de Paes e Mestres
- **Mary Adams** – a verdadeira funcção da leitura na escola primaria
- **Sarh Byrd Askew** – As bibliotecas circulantes e as escolas ruraes em New Jersey
- **Em Classe (Parte Escolar**
- **Guia Administrativo**
- **Legislação Escolar**
- **Através das Revistas e Jornaes:** - a escola do litoral. – A árvore da educação. – Escola Nova e novos methodos. – Quarta conferencia Nacional de Educação. – O espirito technico. – Aos moços brasileiros. – Cinema educativo integral. – Cinema de Estado? – O exodo dos campos. – Orientação Profissional. – A política de reintegração nacional.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO/1932 (VOL.VI)

- **A Reconstrução Educacional no Brasil (Ao povo e ao governo)**
- **Bayeux da Silva** – a escola única
- **José Ferraz de Campos** – Das fracções dobrando e rasgando o papel
- **José Feliciano de Oliveira** – O ensino em São Paulo
- **O Serviço de Psychologisa Aplicada**
- **Oscar Guilherme Christiano** – Bibliothecas Escolares
- **José Rodrigues de Arruda** – Os testes da vida affectiva
- **John Dewey** – Alguns aspectos da educação moderna
- **Francisco Cimino** – a psychologia e a nova forma na exposição dos seus problemas
- **Ovidio Decroly** – Iniciação na leitura e na escripta
- **José Ribeiro Escobar** – Programmas do curso primario
- **Lorenzo Luzuriaga** – Finalidade e organização das bibliothecas escolares
- **Adolpho Ferrière** – a techica da escola activa,
- **Em Classe (Parte Escolar)**
- **Communicados da Directoria Geral do Ensino**
- **Legislação Escolar**
- **Através da Revistas e Jornaes:** - Os dois evangelhos. – Absolutismo pedagogico. – a reconstrução educacional no Brasil. – O manifesto educacional. – O problema educativo e a regeneração social. – Remoções. – Como educar o brasileiro? – A renovação da sociedade brasileira. – Cinema de estado? – Commentario. – Um exercito de 3.000.000 de professores. – a lingua dos ibéros. – Ensino agricola ambulante. – Noticias diversas.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

AGOSTO-SETEMBRO/1932 (VOL.IX)

- **José Ribeiro Escobar** – A sala ambiente de sciencias physicas
- **Noemy silveira** – Lições de Psychologia Educacional
- **Ed. Claparède** – A Psychologia da Intelligencia
- **J.B. Damasco Penna** – Bibliografia
- **Através das Revistas e Jornaes:** - Pedagogia e sciencia da Educação. – Mandamentos do Eucador. – A marcha das Idéias. – A destruição das matas. – O 150. Aniversário de Friedrich Froebel. – Aspectos Sociaes da organização Soviética.

UNICAMP - CP - BIBLIOTECA

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO/1933 (VOL.I)

- **Fernando de Azevedo** – O Estado e a educação
- **A . Almeida Junior** – O hiáto nocivo na vida legal dos menores
- **Raul Briquet** – Psicologia educativa dos adolescentes
- **Jesse H.Newlon** – A influência de John Dewey nas escolas
- **Ataliba de Oliveira** – Cartas de professora
- **Otávio Silveira** – Como proceder para fazer do conhecimento o nervo da ação?
- **Baieux da Silva** – Os castigos morais
- **Silveira Bueno** – Estudos de português
- **Antenor E. Bottarello e Lázaro F. de Camargo** – As Associações de Pais e Mestres
- **Oscar Augusto Guelli** – O professor como educador sanitário
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Noções sobre a teoria da estrutura
- **Benedito de Assis** – O ensino rural (Como iniciá-lo nas escolas normais)
- **Fritjof Detthow** – Ginástica
- **José Ribeiro Escobar** – O ensino da didática
- **Antonio de Paula Dutra** – O desenho e os trabalhos manuais em escolas normais e complementares
- **Bruno Vollet** – Contribuição para o estudo dos testes
- **Abilio de Carbalho** – O ensino rural
- **Ulysses Freire** – A educação pela imagem
- **Onofre Penteado** – Os testes A .B.C. como meio de seleção de classes
- **Fatos e Iniciativas**: - Diretoria Geral do Ensino. – Sociedade dos amigos de Alberto Torres. – O sistema nacional de bibliotecas, arquivos e museus. – Inspeção do ensino no Estado do Rio. – A taxa de Educação e Saúde. – Centro do Professorado Paulista. – Convênio cinematográfico Educativo. – Legislação Escolar.
- **J. B. Damasco Pena** – Bibliografia
- **Através de Revistas**: - Em volta da escola Ativa. – A Casa do Professor

REVISTA DE EDUCAÇÃO

JUNHO/1933 (VOL.II)

- **Francisco de Aquino Leite** – O ensino da leitura
- **Sud Mennucci** – A guerra à zona rural
- **Aprígio Gonzaga** – O interêsse e o dinheiro
- **Raul Fonseca** – Simplificação ortográfica
- **Luiz Galhanone** – Museus escolares
- **Bayeux da Silva** – A disciplina
- **Rafael Crespo e António Cueto** – Testes de escolaridade
- **José ribeiro Escobar** – O programa de didática
- **Fabiano Lozano** – Página musical
- **Aquiles Junior** – Programa mínimo para as classes do primeiro grau
- **Fatos e Iniciativas**: - Revisão de livros escolares. – a unificação dos quadros do magistério primário do Distrito Federal. – Comunicados do Ministério da Educação. – Código de Educação. – Medidas de ajustamento à nova situação criada pela Código de Educação e outras providências sobre o ensino. – Concurso para o preenchimento de vagas dos cargos de diretor e vice-diretor de grupos escolares.
- **Bibliografia**
- **Através de Revistas:** - Código da criança. – O papel do mestre na escola ativa.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

SETEMBRO/1933 (VOL.III)

- **Ataliba de Oliveira** – Cartas de Professora
- **Antenor Bettarello e Lázaro F. Camargo** – Leitura
- **Raimundo Pastor** – A Escola Ativa
- **Norberto de Sousa Pinto** – O Ensino dos Anormais
- **José Ribeiro Escobar** – Estudos sobre Programas
- **M. Moura Santos** – Livros Didáticos
- **Francisca da Silveira Queiroz** – A conquista da criança
- **Fatos e Iniciativas:** - Diretoria Geral do Ensino. – Comunicados do Ministério da Educação. – Legislação Escolar.
- **J.B. Damasco Penna** – Bibliografia
- **Através das Revistas:** - O problema da maturidade para a leitura e a escrita (Lourenço filho). – Medindo a inteligência das crianças (Ana Gillingham). – Como criar uma cultura adequada à época moderna.

REVISTA DE EDUCAÇÃO
DEZEMBRO/1933 (VOL.IV)

- **Dr. J. Papaterra Limongi** – A Hora do Professorado
- **Maurício Bouchor** – A Escola Leiga
- **Dr. M. A. Teixeira de Freitas** – Resultados da Estatística Educacional
- **Renato Sêneca Fleury** – Linguagem e Pensamento
- **William S. Gray** – Principais Reformas Modernas no ensino da Leitura
- **Gertrudes Shirley** – A Leitura no Primeiro Grau
- **Marjorie Hardy** – A Leitura de Livros no Primeiro Grau
- **Eva Gerstmeyer** – O Ensino da Leitura no Segundo Grau
- **Mary Adams** – A Leitura nos Graus Intermediários
- **José Ribeiro M. Filho** – A associação no ensino de leitura
- **Adalívia de Toledo** – Escola Nova: o seu objetivo
- **Noemi M. Silveira** – Serviço de Psicologia Aplicada –
- **Maria A . de Castro** – O Ensino da Puericultura nas escolas e agremiações femininas
- **Orlando Fonseca** – O ensino do latim
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Súmula de Lógica Clássica
- **Benedito C. de Morais** – Noções Educativas de Modelagem
- **José R. Escobar** – História da Instrução Pública Paulista
- **Fatos e Iniciativas:** - Um retiro para professores. – Professor Orestes Guimarães: as homenagens prestadas à memória do educador paulista em Florianópolis. – Orfeão do Professorado. – Biblioteca "Oscar Guilherme". – Legislação Escolar. – Comunicados da Diretoria Geral do Ensino.
- **Através das Revistas:** - O Livro e a Escola Nova (Fernando de Azevedo). – Dom Bosco, Educador (Mário Casasanta). – Sobre o estudo racional da Geografia (Liberato Bittencourt). – O Inquérito de "A Escola" sobre o ensino religioso (Raul Fonseca). – Orientação vocacional nas Escolas dos Estados Unidos (Maris Proffitt). – A América Latina e o Departamento Internacional de Educação. – Suíssa: Departamento de Instrução Pública. – Inquérito sobre os Orçamentos do Ministério da Instrução Pública. – Rosário persa de dezenove pérolas (Mirza Ahmad Sohrab).

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO/1934 (VOL. V)

- **Alberto Conte** – Estado e Educação: necessidade de uma ditadura educacional e de um novo sentido da educação popular.
- **J. B. Damasco Penna** – Iniciação ao estudo da medida de inteligência
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Súmula de Lógica Clássica
- **Abel de Faria Sodré** – Alfabetização rápida
- **José Ribeiro Escobar** – O Ensino de Matemática
- **Benedito C. de Morais** – Noções Educativas de Modelagem
- **Melquíades Pereira Júnior** – Fatores do retardamento da vitória completa da Escola Nova
- **Jorge B. Stella** – A classificação das línguas
- **Fatos e Iniciativas:** - Em defesa de escola leiga: mensagem de professores públicos paulistas enviada à Assembléia Nacional Constituinte. – VI Congresso de Educação. – Comunicados da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública. – O problema educacional do Espírito Santo. – Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Regional. – Decreto n. 6064-A, de 19 de agosto de 1933. – A entrada de menores nos cinemas. – Legislação Escolar.
- **Bibliografia**
- **Através das Revistas:** - A viagem da vida (Floriano de Lemos). – Higiene Mental (Dr. Gustavo de Rezende). – Saúde e Doença (M. Sebastião Barroso). – Pelo ensino religioso. – Como devemos entender o problema brasileiro de educação. – Pela Liberdade de Consciência. – As viagens escolares ao estrangeiro. – A formação científica e pedagógica dos professores do ensino secundário. – México.

REVISTA DE EDUCAÇÃO
JUNHO/1934 (VOL.VI)

- **M.A .Teixeira de Freitas** – Os problemas fundamentais da organização nacional.
- **Carlos Gomes Cardim** – Uma Universidade em São Paulo.
- **Alberto Conte** – Moral, Educação e Democracia Liberal: o que deve ser a moral para não ser...imoral.
- **Renato Sêneca Fleury** – Uma visão da Filosofia Geral.
- **Bayeux da Silva** – A Escola e a Saúde.
- **Juventina Santana** – A orientação profissional e o que neste sentido tem feito o S.P.A . do Instituto "Caetano de Campos".
- **Francisco de Aquino Leite** – Linguagem, Leitura e Escrita.
- **Dr. P. Sampaio** – O médico e o professor.
- **Alunos do 4° ano especial masculino do "Instituto de Educação", então Escola Normal da Praça** – Intuição.
- **Maria Antonieta de Castro** – A Higiene Escolar no Uruguai e Argentina.
- **Sud Mennucci** – Meios de incentivar a edificação escolar.
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Súmula de Lógica Clássica.
- **Bendedito C. de Morais** – Noções educativas de modelagem.
- **Francisco Antunes** – Logicidades.
- **Reinaldo Kuntz Busch** – Aulas ativas: De um registro de lições ao tempo em que realizávamos um ensaio de ensino ativo.
- **Fatos e Iniciativas:** - Relatório Geral dos trabalhos do IV Congresso Nacional de Educação; - Exposição de Arquitetura Escolar: a sua inauguração na Capital Federal; - Rumos e Realizações: discurso pronunciado pelo professor Oscar Augusto Guelli, delegado regional do Ensino, por ocasião da abertura dos trabalhos do 1° Congresso Pedagógico de Casa Branca; - Dados Discriminativos do Ensino Primário Geral, no Brasil, em 1932; - O movimento educativo mundial; - O sistema escolar no Distrito Federal; - Em excursão científica pelo Oriente; - Correspondência Inter-Escolar; - Os funcionários públicos não podem ser procuradores; - Legislação Escolar; - Inspeção e direção escolar: exames finais.

- **Através das Revistas:** - João Ribeiro (Antônio L. Velloso); - A taquigrafia na escola primária (Oscar G. Cristiano); - A metodologia da educação cívica (François Bassleer); - A arquitetura escolar e sua função social (N. L. Engelhardt); - Ensino religioso nas escolas públicas; - A técnica da psicanálise infantil (Dr. Artur Ramos); - A função social da escola (Prof. Sinésio de Castro); - A renovação do ensino na escola normal de Pirassununga; - A prática do ensino individual; - O ambiente escolar e do método, segundo Ferrière; - A redenção (Floriano de Lemos).

REVISTA DE EDUCAÇÃO

DEZEMBRO/ 1934 (VOL. VIII)

- **Raymundo Pastor** – O jogo
- **Estevam Pinto** – Metodologia do Ensino Geográfico
- **M.A . Teixeira Freitas** – Estatística das Despesas Municipais com a Educação e a Saúde Públicas em 1932
- **Bendedicto de Assis** – A homogeneização das classes como um dos fatores da racionalização do ensino primário
- **Leontina S. Busch** – Sugestões e Planos para o ensino de leitura
- **J. Querino Ribeiro** – Por onde devemos iniciar a renovação da escola.
- **Anna S. Pedreira** – Clubes Agrícolas Escolares
- **Alberto Conte** – A inteligência
- **Clarence Ragsdale (tradução de Luiz Gonzaga Fleury)** – Escolas Psicológicas
- **Nickyr F. Telles** – Alcoolismo e Degeneração da raça
- **Luiz Galhanone** – As Bibliotecas e os Museus Escolares em face das novas técnicas do ensino
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Súmula de Lógica Clássica
- **Achilles Raspantini** – Biblioteca Central de Educação
- **W. Stern** – A seleção dos alunos
- **Octavio Silveira** – O ensino profissional em São Paulo
- **Renato Sêneca Fleury** – A Educação, obra da autoridade
- **Walther Barioni** – A Secretaria da Educação, repartição técnica
- **José Madureira** – Educação Física Infantil, inexistente nas escolas primárias de São Paulo?
- **A . Fabiano Lozano** – As Cantigas da Infância
- **Paulo N. de Carvalho** – Disciplina Escolar
- **Achilles A . Junior** – Sociologia Educacional
- **Maria Antonieta de Castro** – A Educação Sanitária na Escola Primária
- **Benedicto C. de Moraes** – Noções Educativas de Modelagem

- **Luiz Damasco Penna** – Sugestões para execução de horário nas escolas isoladas
- "Canção do exílio" (Letra de Gonçalves Dias, música de F. Lozano)
- **Fatos e Iniciativas:** - Diretoria do Ensino; - Dia da Bandeira (19 de novembro); - Jardim da Infância: exposição de trabalhos e materiais didáticos alusivos a centros de interesse; - Delegação Paulista ao 1° Congresso Regional; - Sarau Orpheonico; - Instituto de Educação; - Programas das Escolas ao Distrito federal; - Comunicados da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública; - Exposição Internacional de Livros Escolares em Chicago; - 1° Congresso Católico de Educação; - Legislação Escolar
- **J.B. Damasco Penna – Bibliografia**
- **Através das Revistas:** - Coelho Netto (M. Paulo Filho); - A Constituição e a Ortografia (A . Sampaio Doria); - O Livro de Texto (José Calvo); - A idade da energia e suas prováveis influências na Educação (Alfredo M. Aguayo); - A memória (Floriano de Lemos); - O grande esforço japonês em prol das escolas (Andréa Viollis); - A antropologia e o mobiliário escolar (Juan Comas); - A Avicultura na Escola Primária (M. P. Wright & Louis G. Bosch); - O Ensino Rural; - Festina Lente.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO-JUNHO/1935 (VOL. IX E X)

- **A . M. Teixeira de Freitas** – A Constituição de 1934 e a Orthografia
- **Francisco de Aquino Leite** – A simplificação orthográfica
- **Jeronymo de Aquino** – Um caso de analyse logica
- **A . M. Aguayo** – A motivação da aprendizagem
- **Onofre Penteado Junior** – A formação profissional nas Escolas Normaes Livres
- **Bruno Vollet** – As classes seletivas do 1° grau e os testes A . B.C.
- **Noemia Saraiva Cruz** – Primeiro Congresso de Ensino Regional realizado na Bahia
- **M. Moura Santos** – Um livro excellente
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Summula de logica classica
- **Benedicto Candido de Moraes** – Noções educativas de modelagem
- **Fatos e Iniciativas:** - A Conferencia de Prefeitos e a Instrucção Publica. – Programma das Escolas do Districto Federal. – A Escola de Viçosa e a Educação Rural. – O decimo anniversario da Escola de Educação. – Primeiro congresso de Ensino Regional.
- **Legislação Escolar**
- **Através de Revistas:** Escola Nova (Oscar Thompson), - Delgado de Carvalho (Mauricio de Medeiros), - A dissertação em aula (Delgado de Carvalho), - A discussão dos trabalhos de Seminario (Lourenço Filho), - Ensino e governo (José Feliciano), - A proposito de Martius (Jarbas de Carvalho), - Do desenho infantil (Abner de Moura), - O fim do arrependimento (Costa Rego), - Deus e Cesar (Julio Dantas), - O estatuto dos funccionarios publicos e, face da Constituição Federal (Julio Cezar de Faria), - O livro "Sei ler" (A . X. de Moraes), - Programma dos Estudos Commerc. Superiores (Alberto Cassagne Serres), - Escolaridade obrigatoria e sua prolongação, - Paraíso dos professores (Eunice Barnard).

REVISTA DE EDUCAÇÃO
SETEMBRO-DEZEMBRO/1935 (VOLS. XI E XII)

- **Francisco de Aquino Leite** – Alphabetização Rápida
- **Arthur I. Gates** – Summario das Leis de Aprendizagem
- **M. Moura Santos** – Livros Didacticos
- **Norberto de Souza Pinto** – A Educação dos Anormais e dos Debeis Mentaes
- **Renato Seneca Fleury** – O Conhecimento Empirico, o Scientifico e o Philosophico
- **Achilles Raspantini** – Como se Ordena o Catalogo-Diccionario
- **Leontina Silva Busch** – O Ensino da Linguagem Escripta – Planos e Suggestões
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Summula de Logica Classica
- **Antonio de Paula Dutra** – O Desenho Infantil e sua Evolução
- **Benedicto Candido de Moraes** – Noções Educativas de Modelagem
- **Fatos e Iniciativas**: - Directoria do Ensino. – VII Congresso Nacional de Educação. – Cordialidade Argentino-Brasileira. – O Problema dos Cegos no Brasil. – Primeiros Resultados da Estatistica Educacional de 1933. – Programmas das Escolas do Districto Federal. – O Ensino Technico Profissional e Domestico em São Paulo. – Universidade de S. Paulo (comissionamento de Professores Normalistas, em 1936). – Constituição do Estado de S. Paulo.
- **Legislação Escolar**
- **J.B. Damasco Penna** – Bibliografia
- **Através das Revistas**: - O Regionalismo na Escola (Ricardo Bensaúde). – Qual a População do Estado de S. Paulo? (Belfort de Mattos Filho). – Novos Livros (Oscar Guilherme Christiano). – A Escola e a Imprensa (Francisco Faria Netto). – A Familia na Russia. – Um Horto Floretal Modelo (Alipio Silveira). – A Melhor Educação (Luiz Hansen).
- **Estatistica Escolar**

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO E JUNHO/1936 (VOLS. XIII E XIV)

- **Francisco de Salles Oliveira** – A Evolução do Ensino
- **Juvenal Paiva Pereira** – Problemas do Professor
- **Luiz Gonzaga Fleury** – O Ensino da Taboada no 2° sno
- **Hortencia Pereira Barreto** – Educação Pré-Escolar
- **A . F. Cesarino Junior** – Como ensinamos História
- **Antonio Azambuja Junior** – O plano Dalton na Escola "Manoel Bonfim"
- **Carmem Scigliano** – Escola para crianças hospitalizadas
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Summula de Logica Classica
- **Francisco de Aquino Leite** – Lingua Brasileira
- **Maria antonieta de Castro** – Peso e altura de Esc. Paulistas
- **Francisco Alves Brisolla** – Reprovações: sua origem e causas
- **Directoria do Ensino**: - Circulares. – Pareceres officiaes. – Officios
- **Factos e Iniciativas**: - Pagina de Gloria. – Systema Educativo rural. – Representação de S. Paulo na 2ª Exposição Nacional de Organização e Estatistica Educacionaes. – A "Semana de Estudos" no Instituto de Educação. – Universidade de s. Paulo. – Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras. – boletins da Directoria de Ensino. – Ruralismo no Bairro de Serrote. – Cooperação entre o Instituto de educação e a Directoria do Ensino. – G.E. do Bosque da Saude. – G.E. do "Santo Antonio do Pary". – Outros Grupos Escolaresem construcção no interior do Estado. – G.E. Rural de Batataes. – Escola Rural do sitio da Saudade. – A Grande Exposição Industrial e Artistica das Escolas Profissionaes do Estado de S. Paulo. – Communicados da Directoria Geral de Informações, Estatistica e divulgação do Ministerio da educação e Saude Publica. – Communicados da Associação Brasileira de Educação. – Relatorio da visita realizada pelos alumnos do 2° anno do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação, em companhia do professor Roldão de Barros, á "Escola Rural da Saudade", em Cotia. – Inspectoria de Hygiene Escolar e Educação Sanitaria. – Inspectoria de Hygiene e Assistencia Dentaria
- **Legislação Escolar**

- **J.B. Damasco Penna** – Bibliografia
- **Através das Revistas**: - As Economias da Instrucção Publica (A.A . Nieto Caballero). – A Renovação da Escola Primaria de S. Paulo (Noemy da Silveira Rudolfer). – A Concepção da Escola Activa no Dominio da Cooperação (Bartholomeu dos Reis). – Methodologia do Esnino Primario (Inah Teixeira Martini). – O Enigma dos Destinos Nacionaes (Mariio Pinto Serva). – A Formação da Personalidade (Garcia Domingues). – O Ensino Rural (Prof. Fernando Leite). – O Aperfeiçoamento Individual e Collectivo (Mario Pinto Serva).

REVISTA DE EDUCAÇÃO

SETEMBRO E DEZEMBRO/1936 (VOLS. XV E XVI)

- **M. Jean Piaget** (Trad. De Luiz G. Fleury) – O Trabalho por "Équipes" na Escola
- **Henrique Ricchetti** – A Escripta na Escola Primaria
- **J. B. Damasco Penna** – Notas de Pedagogia
- **Leontina Silva Busch** – Em torno do programma de Pratica de Ensino
- **João Alfredo de Souza Oliveira** – Arithmetica
- **Anna Nogueira Ferraz e Olga Bolliger** – Organização de Classes Seleccionadas e Applicação dos Testes A .B. C.
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Suggestões para Aulas de Leitura
- **Oscar Villaça** – O Interesse no Ensino
- **Aureliano Silverio dos Reis** – Centros de Interesse
- **Genesio de Assis** – A Colheita do Algodão e a Frequencia Escolar
- **Delegacia Regional do Ensino de Guaratinguetá** – Projecto de Horario para Escola Isolada
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Summula de Logica Classica
- **Directoria do Ensino**: - Reunião dos Delegados Regionaes. – Circulares
- **Factos e Iniciativas**: - Centenario de Carlos Gomes. – Educação Rural. – Revisão dos textos didacticos de Geographia e Historia. – A Sopa Escolar. – A Horta Escolar. – Relatorio do sr. Director do Grupo Escolar "Dr. Washington Luis", de Batataes. – Grupo Escolar Rural da Fazenda Dumont. – Intercambio Escolar. – Exposição de Planos de Aulas. – Curso de especialização de professores primarios para a Zona Rural. – O problema do trasporte dos escolares (Communicado da Ass. Brasileira de Educação). – Codigo de auto-governo das professorandas da Escola Normal "Padre Anchieta". – As escolas primarias nos nucleos japonezes. – Balancete do 1° semestre de 1936 das Caixas Escolares do Estado
- **Legislação Escolar**
- **Bibliografia**

- **Através das Revistas:** - O Trabalho Cultural da Biblioteca Infantil do Chile (Margarita Miéres de Rivas). – Principios Geraes de Pedagogia (Alceu Amoroso Lima). – A Educação de Adultos e as Universidades Populares (Everardo Backeuser). – O Rendimento Escolar (Sud Mennucci). – Os Primeiros Professores do Brasil (Serafim Leite). – Curso de Administradores Escolares (Reinaldo Kuntz Busch). – O Desenvolvimento do Cinema Educativo e Didactico na Allemanha (Johannes Roth). – Dois Problemas de Educação (José Claudio Williman). – Massa plastica para modelagem.

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO E JUNHO/1937 (VOLS. XVII E XVIII)

- **Fernando Rios** – O Ensino no Primeiro Anno Escolar
- **Noemy da Silveira Rudolfer** – Como renovar a Escola
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Afranio Peixoto e Edmundo de Amicis
- **Luiz Damasco Penna** – Exames do Quarto Anno
- **Adelaide do Amaral Barreto** – Periodicos para as Crianças
- **J.B. Damasco Penna** – Notas de Pedagogia
- **Rosa Sellito Salomão** – Como nasce uma Horta Escolar
- **Genesio de Assis** – Uma Colonia de Ferias
- **Jurema Braga** – Calligraphia Muscular
- **Renato Sênega Fleury** – Visão de Pedagogia Geral
- **Sylvio de Almeida Toledo** – O Trabalho dos Menores
- **Luiz Gonzaga Fleury** – Summula de Logica Classica
- **Oscar Villaça** – Fadiga mental
- **Leon Raplogle** – Novo Typo de Exames
- **Oscar Augusto Guelli** – Curso de Ferias para Professores Ruraes
- **Fabiano Lozano** – Curso de Ferias para Canto Orpheonico
- **Directoria do Ensino:** - Circulares. – Officio do Sr. Secretario da Educacção, prestando as informações solicitadas pelo Requerimento no. 111. – Escolha de Livros Didacticos

- **Factos e Iniciativas:** - Prof. Armando Bayeux da Silva. – Factos do Ensino Primario. – Secretario da educação. – São Paulo e o Problema dos Predios Escolares. – Secretaria da Educação e Saúde Pública. – Encerramento Festivo do Anno Escolar de 1936. – São Paulo na 1ª Exposição Nacional de Educação e Estatistica. – Estatistica Escolar. – Reuniões Pedagógicas. – Ensino Primario Rural. – Ensino Particular. – Programmas para os exames de habilitação dos candidatos ao magisterio particular de grau primario e pre-primario. – As Edificações Escolares e a Quinta Conferencia Internacional de Educação Publica. – Instituto Nacional de Estatistica. – Delegacia Regional do Ensino de Santos. – Ensino Primario no Japão. – Informes acerca do movimento educativo de varios paizes. – 3º Congresso de Escolas ao ar livre. – 2º Congresso Nacional de Professores. – 2º Congresso Internacional de Imprensa Escolar. – Varios Accordãos. – A Reorganização do Ensino na França.
- **Legislação Escolar**
- **Bibliographia**
- **Através de Revistas:** - Como orientar a Educação no Jardim de Infancia. – Psychologia da Actividade Infantil
- **Publicações**

REVISTA DE EDUCAÇÃO

MARÇO E JUNHO/ 1938 (VOLS. XXI E XXII)

- **Vicente Peixoto** – O Ensino da Linguagem nos dois primeiros anos da escola primária
- **Luiz Damasco Penna** – Exames de 4° ano
- **Jerónimo de Aquino Araújo** – Sintaxe de Colocação
- **António de Palma Guimarães** – O Problema Psicológico do Ensino do Latin
- **Dicionário de Pedagogia Labor** – A música na Escola
- **Oacar Villaça** – O Trabalho pessoal do aluno
- **Zizi Moreira** – Como se deve fazer uma Revista Infantil
- **Adalívia de Toledo** – Curso Primário e sua Organização
- **Francisca da Silveira Queiroz** – A Decadência do Ensino Secundário
- **Renato de Arruda Penteado** - Seleção de Classes
- **Beatriz de Freitas** - O Ensino da Caligrafia
- **Eulália Alves Siqueira** - Testes de rendimento escolar
- **Luiz Gonzaga Fleury** - Súmula de Lógica Clássica
- **Departamento de Educação** - Circulares e Despachos
- **Fatos e Iniciativas**: - Armando Araújo. - O São Cristóvão na Instrução Pública. - José Ribeiro Escobar. - Carlos A . Gomes /Cardim. - Diretoria do Ensino. - Discurso do prof. Joaquim Álvares Cruz. - Reorganização da Diretoria do Ensino. - Prédios para Escolas Primárias. - Ginásio Bandeirantes. - O Ensino da Música nos Cursos Ginasiais. - Biblioteca Brasileira em Buenos aires. - Excursão à Cerâmica Industrial de Osasco. - Exames Vestibulares. - Tribunal de Apelação. - Uniformização obrigatória do uso do lápis de côr. - Sugestões ao Congresso Pedagógico. - Constituição dos Estados Unidos no Brasil. - Simplificação Ortográfica.
- **Legislação Escolar**
- **Através das Revistas:** - A Educação no Litoral Sul. - A Simplificação Ortográfica. - De cima para baixo. - A escola primária para o adulto. - Problemas da adaptação social da criança. - Construção de um circo. - Escolha das unidades de trabalho. - Como desenvolver na criança a idéia de responsabilidade. - A pedagogia moderna e a Educação cristã.
- **Publicações**

REVISTA DE EDUCAÇÃO

'TEMBRO-DEZEMBRO/1939 (VOLS. XXIII A XXVI)

) Impaludismo

)s - O Método Analítico

ratório de Psicologia nas Escolas Normais

ão Profissional

) do Ensino Profissional

mula de Lógica Clássica

margo - O Ensino da História

- O Ensino da Leitura e o Método Analítico

ação dos Escolares

Problema da Disciplina

Educação: - Circulares. - Relação dos Livros Ddidáticos aprovados

- **Fatos e Iniciativas:** - Departamento de Educação. - Prof. Dario Dias de Moura. - Cumprimentos recebido pelo sr. dr. Secretário da Educação. - Assistente do Departamento de Educação. - Oficial de Gabinete. - Diretor da Secretaria. - Prof. Dario Dias de Moura. - Algumas referência da Imprensa acêrca do Novo Titular do Departamento de Educação. - Os Novos Auxiliares. - Prof. Henrique Richetti. - A abertura dos cursos da Escola Normal Modêlo. - Inauguração do Ginásio "Adhemar Pereira de Barros", em Pirajuí. - Concurso Literário Escolar. - Inauguração dos Retratos dos drs. Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, na Escola Normal Modêlo. - O Problema das Construções e Instalações escolares. - A Influência dos Testes e Exames na Orientação Educacional. - Comissão Nacional de Ensino Primário. - Livro Didático. - A Arte como Fator Educativo nos Cursos primário e secundário. - Um trabalho do Laboratório de Psicologia, em Presidente Prudente. - A Educação Paulista no Estado Getuliano. - Obrigatoriedade dos Trabalhos Manuais. - Luta social contra a tuberculose. - Caixas Escolares.

- **Legislação Escolar**
- **Através de Revistas:** - Armando Araújo. - Fatores do êxito no ensino. - A propósito das caixas escolares. - Festas cívicas escolares. - O problema da escola rural. - Decálogo do professor rural. - A escola e a família. - Excursões escolares

Bibliografia:

- AMARAL, Lígia Assumpção. "Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação". In: AQUINO, Julio Groppa (coord.). Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo, Summus, 1998.

- BUENO, José G. "A produção social da identidade do anormal". In: FREITAS, Marcos C. (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997.

- _____. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente, São Paulo, EDUC, 1993.

- CARVALHO, Marta Maria Chagas. "Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas". In: FREITAS, Marcos C. (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo, Cortez, 1997.

- CATANI, Denice Barbara. Educadores à meia- luz (um estudo sobre a "Revista de Ensino" da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1989.

- GOFFMANN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

- JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do deficiente mental no Brasil. 2.ed. Campinas, Autores Associados, 1992.

- PATTO, Maria Helena Souza. "Raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: o triunfo de uma classe e sua visão de mundo". In: _____: A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia, São Paulo, T.A . Queiroz, reimpressão, 1996.

- NERY, Ana Clara. Embates no campo educacional: a Sociedade de Educação de São Paulo (1922-1931). Reunião Anual da ANPed, 2001.

- SMOLKA, Ana Luiza B. "O trabalho pedagógico na diversidade (adversidade?) da sala de aula". Cadernos Cedes, n23, São Paulo, Cortez/CEPES, 1989.

- PESSOTTI, Isaías. "O século XX". In: _____. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1984.